

Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JANEIRO | 4º BIMESTRE DE 2012

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA
Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Luiz Henrique Casemiro

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO
ESTADUAL**

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Cláudia Santoro

Celina Melo

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Fabio Souza Pontes

Fernanda Correia de Oliveira

Fernando Rezende Filho

Flávia Augusta Melgaço Rocha Lima

Guilherme Vasconcelos Severino

Gustavo Franco Corrêa

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

José Elias do Nascimento Neto

João Souza

Juliana de Araujo Castelo Branco Castro

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luísa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Paulo Levy

Rafael Erbisti

Raphael Philipe Moura

Raul José Piedade De Macedo

Renata Gomes Rimes de Almeida

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Victor Hugo Martins Bello Honaiser

O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	8
EXECUTIVE SUMMARY	10
I. Economic Outlook.....	12
I.I The Domestic and International Environment.	12
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro	15
I.III Labor Market.....	20
I.V External Sector.....	22
I. Panorama Econômico	23
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	23
I.III Mercado de Trabalho	30
I.IV Inflação	31
I.V Setor Externo.....	32
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	33
III. Resultados Fiscais.....	35
III.I Resultado Orçamentário Total.....	35
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	36
III.III Resultado Primário	36
IV. Receita Estadual	37
IV.I Receitas Correntes.....	38
IV.I.1.i Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico	40
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	42

IV.I.3 Receita de Transferências	43
IV.1.3.i. Transferências da União	44
IV.I.4 Demais Receitas Correntes	45
Box 01 – O Crescimento do IPVA	48
IV. II Receitas de Capital.....	52
V. Despesa do Estado do Rio de Janeiro.....	53
V.I. Alterações Orçamentárias	53
V.II - Análise da Execução da Despesa.	56
V.III - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	64
Box 02 – Pagamento de Restos a Pagar	67
VI – Administração Financeira.....	69
VI.1 Cota Financeira	69
VI.2 Pagamento de PD's.....	70
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro	71
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	72
VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	75
VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento	75
VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública	76

Apresentação

Este é o vigésimo oitavo número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o terceiro referente ao exercício de 2012. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a Lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 16/09/2012.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As três seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

As receitas totais do Estado do Rio de Janeiro apresentaram, no quarto bimestre de 2012, crescimento de 6,1% (+R\$ 601 milhões), na comparação com o mesmo período do ano anterior. Tal desempenho superou em 4,6% a meta estipulada para o período; enquanto que, no acumulado de janeiro a agosto, a meta coincidiu integralmente como total estipulado. O aumento na arrecadação acumulado até agosto totalizou R\$ 3,2 bilhões (+8,6%), frente a 2011.

O incremento das Receitas Correntes, no bimestre focalizado (+4,0%), ultrapassou o previsto em pouco mais de R\$ 830 milhões, impulsionadas pelas Receitas Tributárias (+14,7%), por conta das elevações na arrecadação do ICMS (+13,6%), IPVA (+23,2%), ITCD (12,4%) e Taxas (+16,3%).

Quanto ao ICMS, principal receita do Estado, cujo incremento bimestral totalizou R\$ 542 milhões, impulsionado pelo incremento observado nos seguintes setores, a saber: Petróleo, Combustíveis e Gás Natural (+ 33,1%); Bebidas (+26,2%); Energia Elétrica (+9,1%); e Mercados, Lojas e Magazines (+7,3%). No acumulado, a receita do imposto apresentou incremento de R\$ 1,135 bilhão (+7%), totalizando R\$ 17.381,14 milhões.

As Receitas de Capital permanecem apresentando crescimento significativo. No quarto bimestre de 2012, o incremento foi de 36,4% (+R\$110 milhões) em relação ao ano anterior, impulsionadas pelas Operações de Crédito que alcançaram o valor de R\$ 257,57 milhões.

No acumulado, a arrecadação dessas receitas atingiu R\$ 1.892,52 milhões, o que representa ampliação de 59,2% (+R\$ 703,51 milhões); o expressivo resultado das Operações de Crédito realizadas no período de janeiro a agosto neutralizou a queda nas receitas de Transferência de Capital que caíram 50,4% (- R\$ 325,56 milhões) e na receita de Alienação de Bens 93,1% (-R\$ 235,97 milhões).

O Resultado Orçamentário total do quarto bimestre de 2012 apresentou queda de 59,8% frente ao ano anterior (- R\$416,82 milhões). No acumulado, o Estado obteve R\$ 1.353,13 milhões de superávit orçamentário, o que representa queda de 37,9% em relação ao mesmo período de 2011 (- R\$ 825 milhões).

O Resultado Primário do Estado do Rio de Janeiro, no 4º bimestre, foi de 658,93 milhões, implicando decréscimo de 45,1% frente ao apurado em 2011. No acumulado, o superávit primário totalizou R\$ 2.464,17 milhões (- 40,5% em relação ao ano passado).

No início de 2012 as despesas do ERJ foram fixadas em R\$ 64,03 bilhões pela Lei Orçamentária Anual, revelando um crescimento de 13,91% se comparado ao exercício de 2011. No acumulado deste 4º bimestre a dotação chegou a R\$ 67,78 bilhões motivados pelos créditos suplementares principalmente nas áreas de Outros Poderes, Outras Áreas e Segurança Pública.

Em relação aos R\$38,86 bilhões liquidados (59,3%) até Agosto, R\$23,05 bilhões pertence ao grupo de outras despesas correntes.

As fontes de recursos do Tesouro contribuíram com 71,4% de financiamento das despesas. Em relação às fontes “Não Tesouro”, houve um aumento de 10,4% em relação a 2011. Este crescimento resultou de convênio de administração direta (FR 18), SUS (FR 25) e Outras Receitas de Administração Direta (FR 99).

Para fins de índices de acompanhamento de execução de controle estabelecidos pela Constituição, podemos verificar que, em geral, os índices de Educação, FAPERJ e FEHIS tem apresentado um bom nível de desempenho.

Por fim, o Box deste 4º bimestre apresenta uma análise do saldo de Restos a Pagar inscritos em 2011 com a Receita Corrente Líquida acumulada do Estado do Rio de Janeiro em comparação com outros estados. Esta análise demonstra a capacidade da entidade de quitar o montante ainda não pago, neste caso o Rio de Janeiro encontra-se na nona posição.

EXECUTIVE SUMMARY

Total revenues of the State of Rio de Janeiro presented in the fourth quarter of 2012, growth of 6.1% (+ R\$ 601 million), compared with the same period last year. This performance exceeded the 4.6% target set for the period, while that from January to August, the overall goal coincided fully as stipulated. The increase in revenues accrued through August totaled R \$ 3.2 billion (+8.6%) compared to 2011.

The increase in Current Revenues in the quarter focused (+4.0%), exceeded expected at just over R\$ 830 million, driven by Tax Revenues (+14.7%), due to the increases in the collection of ICMS (+13.6%), IPVA (+23.2%), ITCD (12.4%) and rates (+16.3%).

As for the ICMS, the main state revenue, which increased bimonthly totaled R\$ 542 million, driven by the increase observed in the following sectors, namely: Petroleum, Fuels and Natural Gas (+ 33.1%), Beverages (+26.2%), Energy (+9.1%), and Markets, Shops and Magazines (+7.3%). Accumulated tax revenue grew by R\$ 1.135 billion (+7%), totaling R\$ 17.381 billion.

The Capital Receipts remain presenting significant growth. In the fourth quarter of 2012, the increase was 36.4% (+ R\$ 110 million) in the previous year, driven by Loans that have reached the amount of R\$ 257 million.

Year to date, the collection of these revenues reached R\$ 1.892,52 billion, representing a 59.2% increase (+ R\$ 703.51 billion), the significant result of loans made during the period from January to August neutralized declining revenues Transfer of Capital which fell 50.4% (- R\$ 325,56 billion) and revenue from sale of assets 93.1% (-R\$ 235.97 billion).

The Outcome Budget total fourth quarter of 2012 decreased by 59.8% over the previous year (-R\$ 416,82 billion). Year to date, the State has obtained R\$ 1,353,13 billion budget surplus, which represents a fall of 37.9% compared to the same period in 2011 (-R\$ 825 billion).

The Primary Results of the State of Rio de Janeiro, in the 4th quarter, was 658.93 billion, implying a decrease of 45.1% compared to the established in 2011. Year to date, the primary surplus totaled R \$ 2464,17 billion (- 40.5% compared to last year).

In early 2012 the costs of the ERJ were fixed at R\$ 64,03 billion for the Annual Budget Law, showing growth of 13.91% compared to fiscal 2011. In the fourth quarter, the budget reached R\$ 67,78 billion, driven for additional funds mainly in the areas of Other Powers, Other areas and Public Safety.

Regarding R\$ 38,86 billion already expended until August, R\$23,05 billion belong to the other current expenditures group.

The source resource treasure contributes with 71,4% financing expenditures. Regarding sources not treasure, there was an increase of 10,4% over 2011. This growth stemmed from direct administration agreement (FR 18), SUS Feature (FR 25) and Other Revenue Management Direct (FR 99).

For purposes of monitoring execution control indices established by the Constitution, we can see that in general the indices of Education, FAPERJ and FEHIS are having a good level of performance.

Finally, the Box fourth quarter of this presents an analysis of the balance of outstanding commitments inscribed in 2011 with Current Revenue Accrued Liquidated State of Rio de Janeiro compared to other states. This analysis demonstrates the ability of the entity to repay the amount still unpaid, in this case the Rio de Janeiro is in the ninth position.

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Environment.

Between July and September, the external environment maintained the high degree of volatility seen since the second half of last year. As may be recalled, it was from September of last year onwards that the tension in Europe acquired a critical dimension that was followed by strong instability in global financial markets. In the last quarter, while the outlook for global growth was once again revised downwards, initial progress was also made in addressing the problems of sovereign debt and the stability of the financial system in Europe. However, the prospects remain uncertain awaiting a more structural solution for the peripheral economies in the Eurozone given their low competitiveness.

In relation to economic activity, recent data contributed to consolidate the perception that the slowdown in world growth (which fell from 5.1% in 2010 to an estimated 3.3% in 2012) will be extended - even if the IMF scenario envisages a recovery **from** 2013 onwards. The decline in growth is particularly strong in Europe (from 2.0% to -0.4%), although it is also present in the U.S. and Japan. Within this broader framework, the relative loss of dynamism in China not only adds to a bleaker picture, but also has obvious implications for **the** Brazilian economy through a slowdown of Brazilian exports of agricultural products and minerals, including oil. Despite indications that the Chinese government will use fiscal and monetary policy to prevent a sharp slowdown in growth, the latter should indeed be reduced to the range of 7 to 8% per year, compared with an average growth rate exceeding 10% per annum between 2000 and 2010.

In contrast to these negative developments, the last quarter has also brought concrete steps to defuse the crisis of confidence that unfolded in Europe, focused mainly on Spain. The definition of a more active role for the European Central Bank in the sovereign debt markets, working in conjunction with the European Stability Mechanism, represented the consolidation of the vision that involves all the countries in the Eurozone in the rescue of those in more fragile fiscal and financial positions. The effects of the announcement of the program of purchases of sovereign debt by the ECB were immediate, but as has been the case since the beginning of the crisis they were temporary and limited in scope.

More recently, in October, the Fed reinforced the movement of the ECB by announcing a new program of asset purchases, focusing on mortgage-backed securities, as well as reaffirming its commitment to maintaining interest rates near zero until at least the end of 2015 and the willingness to act expansively until a consistent reduction in the unemployment rate is achieved. The rate of unemployment fell unexpectedly in September, from 8.1% to 7.8% with employment expanding faster than the labor force, but

the signs of economic activity have been unstable. The expectation for the second half of 2012 is for growth to accelerate, but in the year it should not be too far of 2%. More worrisome is the prospect of a stalemate in the definition of fiscal policy, in which case they will be automatic mechanisms involving tax increases and spending cuts will be activated, with a strong contractionary impact on output.

Internally, the July-September quarter seems to have been a turning point of slowing long period of subpar growth, as the seasonally adjusted quarterly change in GDP will likely exceed 1%, the highest rate since the last quarter of 2010. Industrial output in August rose for the third consecutive month, recording a 1.5% seasonally adjusted growth rate when compared to July. Unlike the growth recorded in June and July, in August the diffusion index indicated a more widespread reaction among industrial sectors.

At the origin of this recovery, besides the reduction of excessive inventories, are the cumulative effects of expansionary measures, associated to both monetary and fiscal policies, adopted since mid last year and deepened in the second quarter of this year. The expansion of credit by public banks along with lending rates' cuts, reductions and exemptions of the indirect taxes rates without for a corresponding reduction in the growth rate of spending, the maintenance of the exchange rate at a more depreciated level than until the middle of last year, and the significant reduction in interest rates have been the main policy instruments aiming primarily at stimulating the domestic demand.

Although there may have been some deceleration in the growth rate of consumption of durable goods in the first months of the year, the sales data of IBGE's Monthly Retail Survey (PMC) have maintained a strong pace: the average for July-August, the volume of retail sales, adjusted for seasonality, increased 2.3% compared with the average of the second quarter, while in the broad retail sector - including sales of automobiles and construction materials - registered an increase of 4.5%. In the year to August, compared to the same period of 2011, these changes were 9.0% and 8.6%, respectively.

On the supply side, in addition to the recent emphasis on the expansion of infrastructure, including resumption of concessions to the private sector, several tax measures have also been implemented. One of them extends to a broader set of industries, especially in manufacturing, the option of changing the basis of firms' contribution to the Social Security from the payroll to sales. Another measure recently adopted eliminates some specific charges on electricity bills, transferring some of them to the Treasury. Still in the area of electricity, changes in the rules of remuneration of enterprises whose concession period should end

between 2015 and 2017 will result in significant further drop in tariffs. In the area of trade, there was an increase of import tariffs for a significant set of goods, while the unification of interstate rate of VAT (ICMS) of imported products also points to an improvement of the conditions of competitiveness of domestic production.

The performance of the labor market continues to stand out, either when considering the low unemployment rate - 5.3% in August, seasonally adjusted - or the rate of growth of employment, which remained high at around 1.5% against the same period of 2011. With regard specifically to formal employment, the net creation of jobs, according to CAGED, declined 26% in the July-August compared to the same period of 2011. There was however a deceleration of the interannual growth rate of real average earnings, from about 2.8% in Q2 to 2.4% in the July-August, possibly as result of an acceleration of inflation.

In fact, the average monthly inflation increased from 0.36% per month in the second quarter to 0.47% per month in the third. In annual terms, the IPCA rose from 4.9% in June to 5.3% in September, reflecting both latent demand pressures, particularly in the services segment where rates are still close to 8% per annum, and the recent food price shock, which should keep pushing inflation up in the coming months. Counteracting these pressures, tight control over monitored prices, particularly fuel, has prevented inflation from approaching the upper limit of the tolerance interval, which should ensure that interest rates will remain low until at least the second half of 2013.

The expectations for economic growth point to recovery in the second half of 2012, according to Focus Survey, Central Bank. Despite the better performance in the third and fourth quarters, annual growth will be around 1.5% for the year as a whole, expected to accelerate to 4% in 2013. Inflation, on the other hand, shows downward rigidity, with expectations for the IPCA inflation around 5.4% both for 2012 and for 2013. For next year, expectations reflect the perception that an acceleration in demand should push prices up more strongly: the expected stability of inflation at a rate almost one percentage point above the midpoint of the target prevails in spite of the already mentioned reduction of residential electricity tariffs which may reduce IPCA's change by almost half a percentage point. Since expectations are that the exchange rate should remain around the current level of \$ 2.00 per dollar, the interest rate would have to rise to 8% per year expected according to the median of Focus at the end of 2013 in order to offset the impact of higher activity on inflation.

Summing up, the international and domestic scenarios remained challenging in the third quarter of 2012, while opening up some prospect of relief from the tensions that keep global growth low and financial markets highly volatile. Internally, the effects of expansionary policies adopted since last year started to show up, and growth is likely to accelerate in coming quarters relative to that observed in the second half of 2011 and first half of this year.

Revenues administered by Receita Federal (Brazil's IRS) from January to August of 2012 showed a nominal increase of 6.3% and 0.9% real over the same period of 2011. This modest performance is partly due to the impact of the low growth environment on the collection of the federal government taxes, partly the result of tax rates' reductions and exemptions implemented over the year. This situation has been aggravated since June, when federal revenues began to show successive monthly real declines when compared to the same months last year. The actual decreases in July and August were 8.30% and 1.74%, respectively, compared to the same periods of 2011. In August-2012, the actual drop in revenues was 8.51% (non-seasonally adjusted) with respect to July.

The real decrease of tax revenues in August-2012 with respect to August-2011 is explained mainly by the decrease of 16.8% in real income tax collection made by corporations under the "monthly estimate" regime, as well as by tax exemptions and rate cuts, including: CIDE on fuels (-99.6%), IPI on cars (-77.6%) and IOF (-23.3%). The negative result of the July-August period stemmed from lower payments in the 1st installment or single tranche of income tax and social contribution adjustments related to the quarterly accounting ended in June, and from the decline in the quarterly payment of royalties on the oil extraction in the July 2012.

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry Rio de Janeiro (RJ)'s industrial output in grew 0.6% in August in seasonally adjusted terms from the previous month, in a move of accommodation after the strong expansion in July, when production increased by 5%. Over the July-August period the cumulative increase was 5.7% when compared to June, a recovery much more pronounced than that observed at the national level, where the equivalent variation was only 2%. Compared to the same period of 2011, however, the data still show sharp declines: 4.9% in RJ and 2.3% for Brazil. In the year to August, the industry of the state recorded a negative result of 6.5% compared to 3.4% when compared to Brazil. In the last 12 months, the industrial output of RJ has decreased 5.6%, compared to 1.9% for Brazil. In terms of the main aggregates, the extractive and manufacturing sectors expanded 1.9% and declined 6.3%, respectively, in July-August over the same

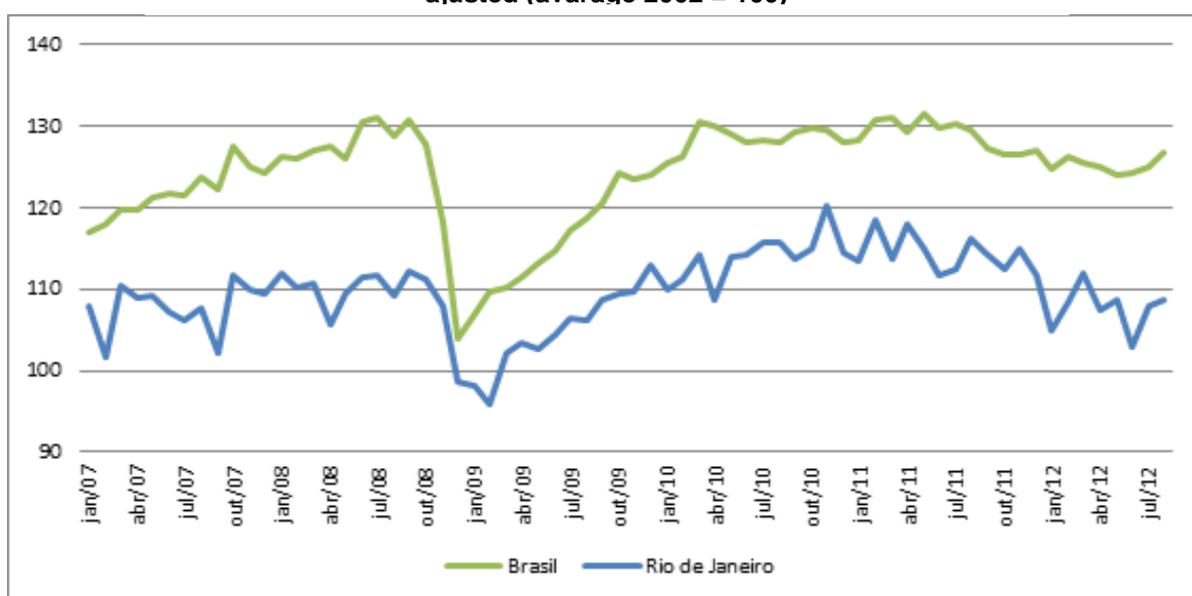
period last year. At the national level, these changes were -1.2% and -2.4%, respectively, on the same basis of comparison.

The analysis of the thirteen industrial activities in which the industrial sector is disaggregated in RJ reveals that in seven of them the level of production in July-August was still lower than in the same period of 2011. The most significant decreases were recorded by the segments of automotive vehicles (-33.6%), non-metallic minerals (-17.7%), food (-14.1%) and beverages (-14.5%). Conversely, the pharmaceutical industry (24.6%) and publishing and printing (14.5%) showed significant positive changes in the quarter compared with the same period last year.

From January to August 2012 compared to the same period of 2011, the largest decreases occurred in automotive vehicles (-37.9%), food products (-12.7%), textiles (-15.6%), non-metallic mineral (-12.5%). In this comparison, the segment "other chemicals" increased by 7.5%, perfumery, 7.0% and oil refining, 0.2%.

In summary, there was a recovery of industrial production in Rio de Janeiro in July-August, one that was even more intense than that observed for the country as a whole. However, given the sharp decline in the early months of the year, the picture still shows a negative picture when compared to 2011, especially in the automotive sector, where the production level is still about 30% below the same period last year.

**Chart 1 – General Industry – Brazil and Rio de Janeiro – seasonlly
ajusted (avarage 2002 = 100)**



Source: PIM/IBGE

Oil production in RJ in the period July-August recorded a slight decrease of 0.2% when compared to the same period in 2011. For the year, the sector recorded an increase of 1.0% over the same period last year. It is expected that in coming months the production of oil in the state will return to the high levels recorded at the end of 2011, basically due to the rising production of the pre-salt layer, as reported by the ANP. After a long downward trend in the price of oil between March to June, the commodity has appreciated between July and August, with its price stabilizing at U.S. \$ 113/bl in September.

Table 1 – General data oil production ((july/August)

Discrimination	2011	2012	Variation
Oil Production (m ³)	14.395.646	14.326.842	-0,5%
Cumulative Production (m3)	36.402.256	37.298.891	2,5%
Average oil Price (R\$)	1.059	1.257	18,7%
Brent (US\$)	119	115	-3,4%

Fonte: ANP e EIA

Chart 2

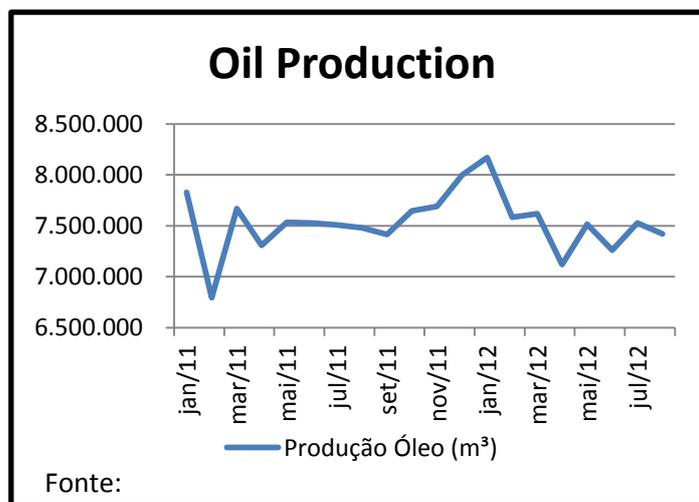
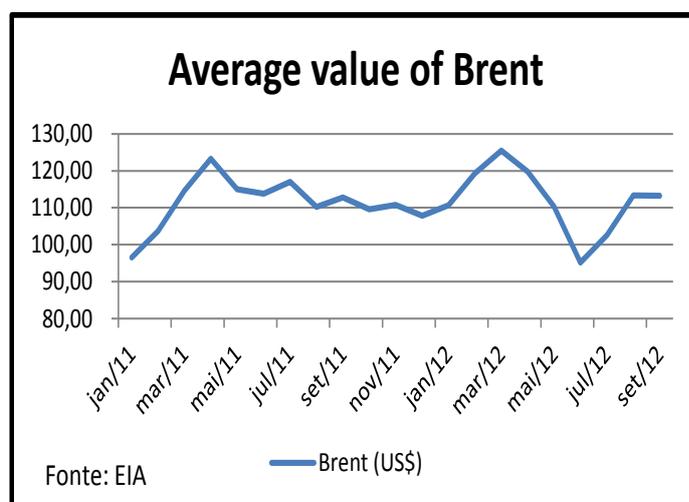


Chart 3



Commerce. The volume of retail sales in Rio de Janeiro in July-August after seasonal adjustment rose 1.5% from the average of the previous two months, while for the country as whole sales volume grew by 2.3%. Compared to the same period of 2011, these variations were 5.4% and 8.7%, respectively. As sales of automobiles, motorcycles and auto parts and of construction materials are included in a broad retail sector, variations in relation to the July-August 2011 turn out higher, at 9.6% and 13% for Brazil and Rio de Janeiro respectively. The difference with respect to the narrow retail performance reflects the impact of IPI reductions upon the sale of automobiles, whose growth in July-August was 21.4% in Brazil and 15% in RJ

on a year-over-year basis. Data in Table 2 show the behavior of the various activities of retail commerce, both in RJ and Brazil, according to the interannual variations of the July-August period and also on a year-to-date basis (YTD).

Table 1 - Volume of retail sales - variations over the same period last year (%)

	BR		RJ	
	Jul-Aug	Jan-Aug	Jul-Aug	Jan-Aug
Fuels and lubricants	8,9	5,8	18,6	12,7
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco.	6,7	8,8	1,5	0,7
Textiles, clothing and footwear	6,9	2,6	9,2	3,7
Furniture and appliances	14,6	14,2	6,7	11,1
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	12,1	11,2	13	8,4
Books, newspapers, magazines and stationery	5,1	4,3	1,8	5,1
Equipment and office supplies, computer and communication	11,6	15,6	20,6	10,3
Other articles of personal and domestic use	8,4	7,7	2,8	1,4
Retail Trade	8,7	9	5,4	4,1
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	21,4	7,9	15	1,5
Building material	7,1	8,7	11	8,6
Expanded Retail trade	13	8,6	9,6	4,2

Source: PMC/IBGE

It stands out the behavior of sales of fuels and lubricants in RJ, with interannual variation of 18.6% in July-August and 12.7% in YTD - both much higher than those recorded in Brazil. Conversely, sales of hypermarkets and supermarkets have shown fairly modest growth in both comparisons and well below those of the country as a whole. In the year, both variations in vehicle sales and construction material in RJ are below those recorded nationally, but the difference in the year-over-year comparison has narrowed, indicating faster growth in RJ during the more recent period.

The decoupling of volume of retail sales in Rio de Janeiro and Brazil occurs as of the second half of 2011, mainly due to the different behavior in the segment "Hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco", as can be seen the graph.

Chart 4

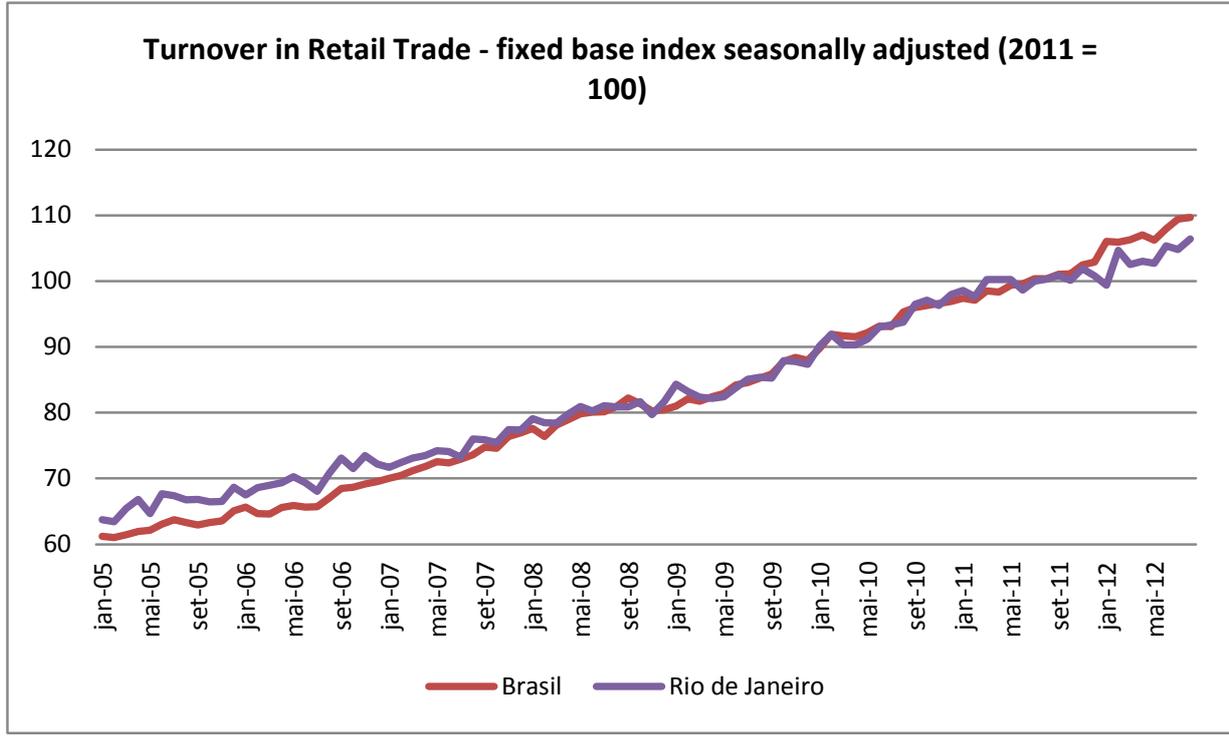
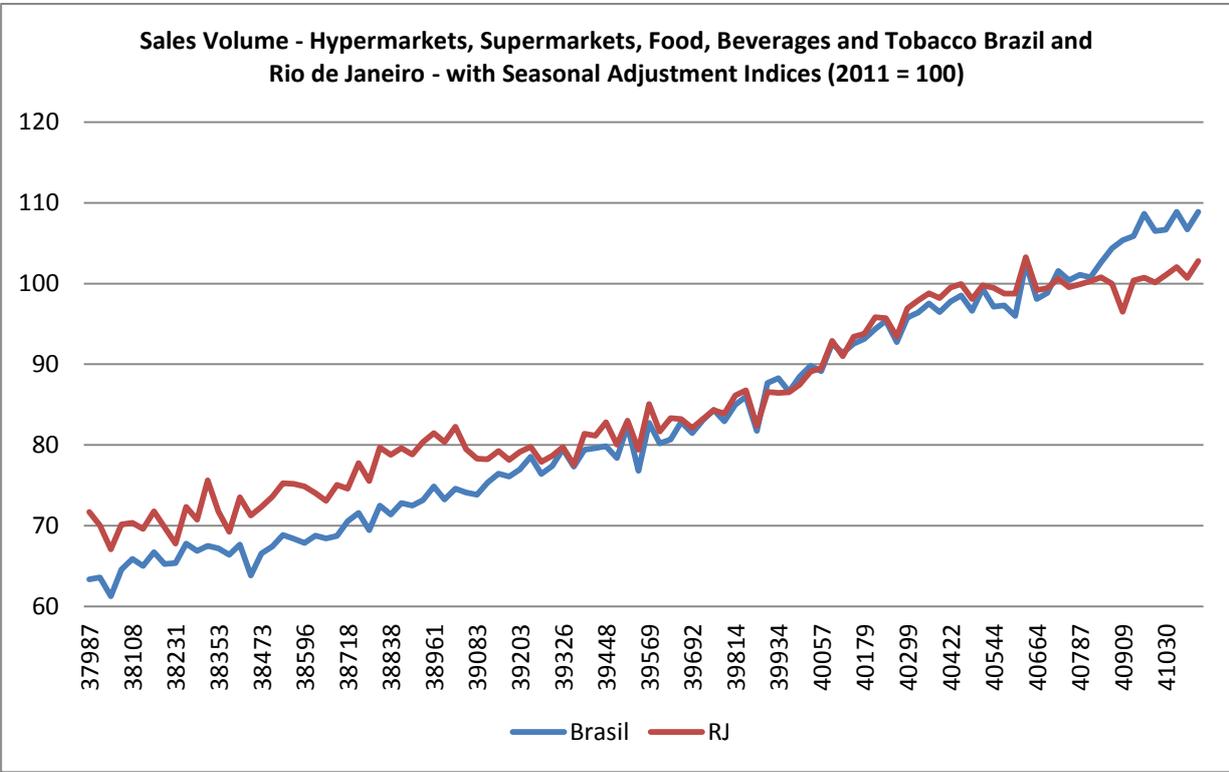


Chart 5



I.III Labor Market

Job Market

The economically active population in the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ), as measured by IBGE's Monthly Employment Survey (PME), expanded relatively fast in these first eight months of 2012 (+2.6%) when compared with the same period last year. This growth is much higher than that recorded nationally (+1.3%) for the same period. When considering occupation levels (persons occupied during the reference week) over the same period, the RMRJ grew (+2.3%) above the national (+1.8%). The sectors of economic activity in RMRJ that grew above the State's average were 'Other Services' (+4.8%) and 'industries of mining processing and production and distribution of electricity, gas and water supply' (+2.7%). In July-August, the unemployment rate in the RMRJ decreased from 5.1% in 2011 to 4.9% in 2012. Sequentially, the unemployment rate in RJ after adjustment for seasonality declined from 5.1% in June to 4.8% in August.

An important aspect of labor markets of late has been an increase in the degree of formalization of labor relations at both national and state levels. The number of formal jobs in RJ increased 1.8% from January-August 2012 over the previous year, whereas unregistered jobs had a much smaller increase (+0.5%), the first increase in a long time. Comparison between August 2012 with the same month last year reveals that total employment grew by 1.6%, while registered and unregistered occupations increased by 3.8% and 2.3%, respectively. This disparity between the growth of total employment and employment with and without a formal contract is explained by the drop in self-employment (-3.1%) and public servants and military (-1.7%).

Focusing on formal labor markets, data from the General Registration of Employment and Unemployment – CAGED, of the Ministry of Labor – show that in 2012, up to August, 117,456 net jobs in the State of Rio de Janeiro were created. Among the economic sectors, the services sector contributed with net 64,513 admissions, while construction recorded net 36,902 admissions. The retail sector has not reversed the large volume of net dismissals observed in January and February of this year, the same picture observed in 2010 and 2011.

As for the average real income of workers in the Metropolitan Region, there was a real increase (+1.3%) year to date, compared to 2011. This growth is lower than for the country as a whole (+3.3%) over the

same period. However, it should be noted that the average real labor income in RJ is 7.0% higher than at the national level.

Inflation

The IPCA-RJ in July and August increased 0.54% and 0.45% respectively, which compare to variations of 0.43% and 0.41% for Brazil. Up to August, cumulative changes were 4.2% in RJ, down from 4.5% over the same period in 2011, and 3.2% at the national level. The change in 12 months in August was 6.26%, also lower than the rate recorded in the same period of 2011, (7.0%), while for the country as a whole the change in 12 months was 5.2%.

The reason for a higher inflation in Rio de Janeiro relative to the country as whole might be related to a more intense economic activity in the state as Rio de Janeiro prepares for hosting major sporting events, such as the Soccer World Cup and the Olympics. This fact has opened up a large number of positions in the labor market and increased average worker's income, which pushed the demand for housing items, clothing and transportation.

Table 3

Período	RJ		accumulated in the year through May		Accumulated in 12 months	
	Jul	Aug	RJ	BR	RJ	BR
General Index	0,54	0,45	4,19	3,18	6,26	5,24
Food and beverage	1,08	0,97	5,42	5,1	8,92	8,84
Housing	0,31	1,03	5,44	4,32	8,31	6,69
Household Articles	0,42	0,34	0,86	-0,46	0,6	-1,83
Clothing	0,54	0,78	2,61	1,71	6,26	4,71
Transportation	0,1	-0,11	2,76	-1,11	4,23	0,15
Health and Personal Care	0,2	0,34	4,53	4,35	5,94	6,08
Personal Expenses	1,34	-0,17	5,27	6,96	7,32	9,45
Education	0,03	0,29	6,97	7,37	7,15	7,67
Communication	0,27	-0,02	-0,46	0,09	-0,24	0,64

In August, the items that most influenced the IPCA-RJ were housing (1.0%) and food and beverages (0.97%), with relative contributions of 16.5% and 22.5%, respectively, to the monthly index. Among Housing items, the largest impact came from rents with an increase of 2.0% and a weight of 8.31% of the

item. In the Food and Beverages category, the items that showed the greatest variations were potatoes (31.4%), tomatoes (19.3%) and carrots (11.7%), reflecting seasonal factors.

The Transportation and Personal Expenses categories were the main sources of relief of inflation pressures in the IPCA-RJ, with -0.11% and -0.17% variation respectively. In Personal Expenses, Recreation decreased 2.19%, while in transportation. the prices of used cars fell by 2%, still influenced by the IPI reduction on new cars

I.V External Sector

Exports undertaken through RJ's ports fell in July-August, reaching U.S. \$ 4,924 million, down 12% compared to the same period of 2011. This decline maintains the behavior of the previous two period, as in May-June exports lost almost 44% of performance (approximately U.S. \$ 3,860 million reduction). On the import side, the values in July-August of 2012 decreased 10% compared to the previous two months, while in comparison with 2011 there was an increase of 1%.

I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico.¹

Entre julho e setembro de 2012, o cenário externo manteve o elevado grau de volatilidade do último ano. Foi a partir de setembro do ano passado que a tensão na Europa adquiriu uma dimensão crítica, imprimindo forte instabilidade aos mercados financeiros globais. No último trimestre, ao mesmo tempo em que as perspectivas de crescimento mundial eram novamente reavaliadas para baixo, avançou-se também no encaminhamento dos problemas das dívidas soberanas e da estabilidade do sistema financeiro na Europa. Permanecem, contudo, as incertezas quanto à solução mais estrutural para as economias periféricas da Zona do Euro dada sua baixa competitividade.

Em relação à atividade econômica, consolida-se a percepção de que a desaceleração do crescimento mundial (que passou de 5,1% em 2010 para estimados 3,3% em 2012) será prolongada – ainda que o cenário do FMI preveja alguma recuperação de 2013 em diante. A queda do crescimento é particularmente acentuada na Europa (de 2,0% para -0,4%), embora esteja também presente nos EUA e no Japão. Nesse quadro mais amplo, a perda relativa de dinamismo da China tem óbvias implicações para a economia brasileira via redução das exportações brasileiras de produtos agropecuários e minérios, inclusive petróleo. Não obstante as indicações de que o governo chinês utilizará instrumentos de política fiscal e monetária para impedir uma desaceleração mais brusca do crescimento, este deve de fato se reduzir para o intervalo de 7 a 8% ao ano, ante taxa superior a 10% ao ano entre 2000 e 2010.

Por outro lado, o trimestre passado, já mais para o seu final, trouxe também passos concretos no sentido de neutralizar a crise de confiança que se desenrolava na Europa, com foco principalmente na Espanha. A definição de um papel mais ativo para o Banco Central Europeu nos mercados de dívida soberana, atuando em conjunto com o Mecanismo Europeu de Estabilização, representou a consolidação da visão que envolve o conjunto dos países da Zona do Euro no resgate daqueles em posição fiscal e financeira mais frágil. Os efeitos do anúncio do programa de compras de dívida soberana pelo BCE foram imediatos, mas, como tem sucedido desde o início da crise, tiveram caráter temporário e alcance limitado.

Mais recentemente, em outubro, o Fed reforçou o movimento do BCE, anunciando um novo programa de compra de ativos, centrado em títulos lastreados em hipotecas; a manutenção dos juros nos níveis atuais, próximos de zero, pelo menos até o final de 2015; e, a disposição de atuar expansivamente até que se alcance uma redução consistente da taxa de desemprego americana. Esta até caiu, inesperadamente, em setembro, de 8,1% para 7,8% com expansão do emprego superior à da força de trabalho, mas os sinais da atividade econômica têm sido instáveis. A expectativa para o segundo semestre de 2012 é de aceleração do crescimento, mas no ano ele não deve ficar muito longe de 2%. Mais preocupante é a perspectiva de impasse na definição da política fiscal, caso em que entrarão em operação mecanismos

¹ Esta análise utiliza dados disponíveis até 17 de outubro.

automáticos de aumento de impostos e cortes de gastos com evidente impacto contracionista sobre o produto.

Internamente, o trimestre julho-setembro marcou a inflexão da tendência de desaceleração do crescimento, com variação trimestral dessazonalizada do PIB provavelmente superior a 1%. A produção industrial em agosto cresceu pelo terceiro mês consecutivo, registrando variação de 1,5% ante julho. Ao contrário do crescimento registrado em junho e julho, em agosto o índice de difusão aponta para uma reação mais generalizada entre os setores industriais.

Na origem dessa recuperação, além da redução dos estoques excessivos, encontram-se o efeito acumulado das medidas expansionistas, monetárias e fiscais, adotadas desde meados do ano passado e aprofundadas no segundo trimestre deste ano. A expansão do crédito pelos bancos públicos; as desonerações localizadas de impostos indiretos, sem contrapartida em redução no ritmo de expansão dos gastos; a manutenção do câmbio em patamar mais depreciado que até meados do ano passado; e, a redução significativa da taxa de juros têm sido os eixos principais dessa política visando principalmente sustentar a demanda.

Ainda que possa ter havido alguma desaceleração do ritmo de crescimento do consumo de bens duráveis nos primeiros meses do ano, os dados de consumo da PMC têm se mantido em ritmo forte: na média de julho-agosto, o volume de vendas no varejo, ajustado para sazonalidade, cresceu 2,3% relativamente à média do segundo trimestre, enquanto o varejo ampliado – incluindo vendas de automóveis e materiais de construção – registrou variação de 4,5%. No acumulado do ano até agosto, relativamente a igual período de 2011, essas variações foram de 9,0% e 8,6%, respectivamente.

Pelo lado da oferta, além da ênfase recente em ampliação da infraestrutura, inclusive com retomada das concessões ao setor privado, foram também adotadas medidas na área tributária. Uma delas estende a um conjunto maior de setores, especialmente na indústria de transformação, a mudança da base de incidência da contribuição das empresas à Previdência Social da folha de pagamentos para o faturamento. Outra, mais recentemente, eliminou alguns encargos sobre as contas de consumo de energia elétrica, transferindo-os para o Tesouro, nacional e estadual. Além disso, ainda na área de energia elétrica, mudanças nas regras de remuneração de empreendimentos cujo prazo de concessão deve vencer entre 2015 e 2017 resultarão em queda adicional significativa das tarifas. Na área de comércio exterior, houve elevação de tarifas de importação de um conjunto expressivo de bens, enquanto a unificação da alíquota interestadual de ICMS de produtos importados também aponta para uma melhora das condições de competitividade da produção nacional.

O desempenho do mercado de trabalho continua se sobressaindo, seja pela baixa taxa de desemprego – de 5,3% em agosto, com ajuste sazonal –, seja pelo ritmo de crescimento da ocupação, que se manteve elevado, em torno de 1,5% contra igual período de 2011. No que se refere especificamente ao emprego formal, a criação líquida de postos de trabalho, segundo o CAGED, declinou 26% no bimestre julho-agosto em relação ao mesmo período de 2011. Houve desaceleração do crescimento interanual dos rendimentos médios reais, de cerca de 2,8% no 2º trimestre para 2,4% no bimestre julho-agosto.

De fato, a inflação média mensal aumentou de 0,36% ao mês no segundo trimestre para 0,47% ao mês no terceiro. Em termos anuais, a variação do IPCA passou de 4,9% em junho para 5,3% em setembro, refletindo tanto pressões latentes de demanda, em especial no segmento dos serviços, onde as taxas ainda se mantêm próximas de 8% ao ano, quanto o recente choque de preços de alimentos, que devem continuar pressionando a inflação nos próximos meses. Por outro lado, o controle dos preços administrados, em particular dos combustíveis, tem impedido que a inflação se aproxime do limite superior da meta, o que deve garantir que a taxa de juros continuará baixa pelo menos até a segunda metade de 2013.

As expectativas em relação ao crescimento econômico apontam para recuperação no segundo semestre de 2012, conforme a Sondagem Focus, do Banco Central. Não obstante o melhor desempenho no terceiro e quarto trimestres, a variação anual deverá ficar em torno de 1,5% para o ano como um todo, com previsão de aceleração para 4%, em 2013. A inflação, por outro lado, mostra certa rigidez à baixa, com as expectativas para a variação do IPCA em torno de 5,4% tanto para 2012 quanto para 2013. Para o ano que vem, as expectativas refletem a percepção de que uma aceleração da demanda deve pressionar os preços mais fortemente, já que a estabilidade esperada em patamar quase um ponto percentual acima do valor central da meta se mantém a despeito da redução das tarifas de energia elétrica residencial já incorporada às projeções e que tem impacto estimado de meio ponto percentual sobre o índice. Como as expectativas são de que a taxa de câmbio deve se manter em torno do atual patamar de R\$ 2,00 por dólar, a taxa de juros teria que subir, para esperados 8% ao ano segundo a mediana da Focus, ao final de 2013.

Em resumo, os cenários internacional e doméstico continuaram desafiadores no terceiro trimestre de 2011, embora abrindo alguma perspectiva de alívio das tensões que mantêm baixo o crescimento mundial e elevada a volatilidade nos mercados financeiros. Internamente, começam a se manifestar os efeitos das políticas expansionistas adotadas desde o ano passado, e o crescimento tende a acelerar nos próximos trimestres relativamente ao observado na segunda metade de 2011 e primeira metade deste ano.

As receitas administradas pela Receita Federal de janeiro a agosto de 2012 apresentaram aumento nominal de 6,27% e real de 0,91% em relação ao mesmo período de 2011. Esse desempenho modesto é em parte devido ao impacto do quadro externo, e também doméstico, sobre a arrecadação do governo federal. Essa situação foi agravada a partir de junho, quando a arrecadação federal mensal passou a apresentar quedas reais sucessivas em comparação aos mesmos meses do ano anterior. Os decréscimos reais de julho e agosto foram de 8,30% e 1,74%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos de 2011. Em agosto/2012, a queda real na arrecadação foi de 8,51% em relação ao mês anterior.

O decréscimo real da arrecadação no mês de agosto/2012, relativamente a agosto/2011, é explicado principalmente pela queda real de 16,82% no recolhimento efetuado pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração do IRPJ com base na estimativa mensal e pelas desonerações tributárias, entre as quais: CIDE sobre combustíveis (-99,62%)², IPI sobre automóveis (-77,57%)³ e IOF (-23,29%)⁴. O

² Redução das alíquotas da CIDE gasolina e do diesel a zero.

resultado negativo de julho/2012 a agosto/2012 decorreu do pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho e ao decréscimo do pagamento trimestral de royalties, relativo à extração de petróleo no mês de julho/2012.

Indústria. A indústria fluminense cresceu 0,6% dessazonalizados em agosto em relação ao mês anterior, num movimento de acomodação depois da forte expansão de julho, quando a produção aumentou 5%. No acumulado do bimestre, portanto, a alta foi de 5,7% em relação a junho, numa recuperação bem mais acentuada que a observada em nível Brasil, onde a variação equivalente foi de apenas 2%. Na comparação com igual bimestre de 2011, contudo, os dados ainda revelam quedas acentuadas: de 4,9% no RJ e de 2,3% para Brasil. No acumulado no ano até agosto, a indústria fluminense obteve resultado negativo de 6,5%, ante de 3,4% quando comparado a Brasil. Já no acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial fluminense apresenta queda de 5,6%, contra 1,9% a nível Brasil.

Em termos dos principais agregados, as indústrias extrativa e de transformação fluminenses apresentaram no bimestre julho-agosto expansão de 1,9% e queda de 6,3%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. Em nível nacional, essas variações foram -1,2% e -2,4%, respectivamente, na mesma base de comparação.

A análise das doze atividades industriais em que o setor é desagregado no ERJ revela que em oito deles o nível de produção no bimestre julho-agosto ainda era menor que em igual período de 2011. As quedas mais expressivas foram registradas pelos segmentos de veículos automotores (-33,6%) e de minerais não metálicos (-17,7%), de alimentos (-14,1%) e bebidas (-14,5%). Em sentido contrário, a indústria farmacêutica (24,6%) e edição e impressão (14,5%) apresentaram variações positivas expressivas no bimestre relativamente ao mesmo período do ano passado.

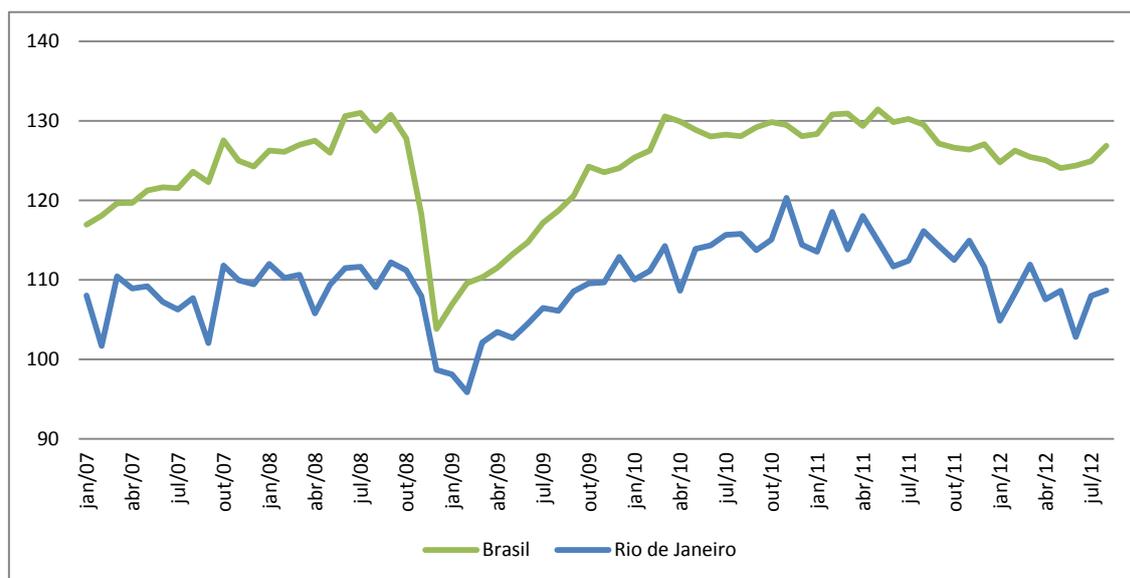
De janeiro a agosto de 2012, comparado ao mesmo período de 2011, as maiores quedas ocorreram em veículos automotores (-37,9%), alimentos (-12,7%), têxtil (-15,6%), minerais não metálicos (-12,5%). Nessa comparação, o segmento de “outros produtos químicos” cresceu 7,5%, o de perfumaria, 7,0% e o de refino de petróleo, 0,2%.

Em resumo, houve recuperação da produção industrial no Rio de Janeiro no bimestre julho-agosto, inclusive mais intensa que a observada para o país como um todo. Contudo, dada a forte queda nos meses iniciais do ano, o quadro fluminense ainda se mostra menos favorável na comparação com 2011, especialmente no segmento automobilístico, onde o nível de produção ainda é cerca de 30% inferior ao de igual período do ano passado.

³ Alteração da tabela de incidência do IPI-Automóveis para os fatos geradores de maio a julho de 2012.

⁴ Devido à redução no volume de entrada de moedas nas operações tributadas e à redução das alíquotas nas operações de crédito de pessoas físicas.

Gráfico 1 - Indústria Geral - Brasil e Rio de Janeiro - com ajuste sazonal (média de 2002 = 100)



Fonte: PIM/IBGE

Petróleo. A produção de petróleo no RJ, no período de julho-agosto, registrou uma pequena redução de 0,2% em relação ao mesmo período de 2011. No acumulado do ano, o setor registra uma ligeira alta de 1,0% em relação ao período anterior. Espera-se que nos próximos meses a produção do estado se aproxime dos altos níveis registrados ao fim de 2011, contando principalmente com a crescente produção da camada do pré-sal, conforme noticiado pela ANP. Após a longa trajetória de queda de preço do barril do petróleo entre os meses de março a junho, a *commodity* voltou a se valorizar entre julho e agosto se estabilizando no patamar de US\$ 113 em setembro.

Tabela 2 - Dados gerais sobre a produção de petróleo

Discriminação	2011	2012	Varição
Produção Óleo (m³) - julho/agosto	14.985.985	14.948.901	-0,2%
Produção Óleo (m³) - acumulada no ano	59.645.730	60.214.631	1,0%
Brent médio (US\$) - julho/agosto	113	108	-4,6%

Fonte: ANP e EIA

Gráfico 2 - Produção de petróleo - m³

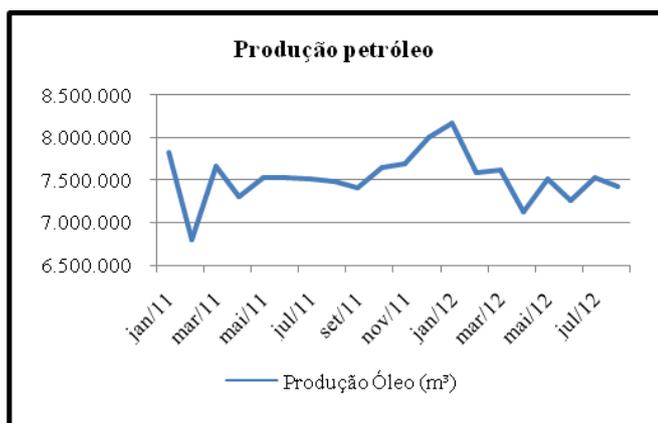
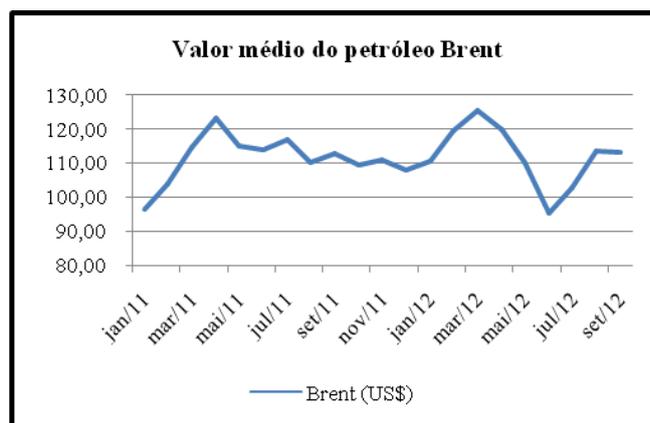


Gráfico 3 - Preço médio do petróleo - Brent



Comércio. O volume de vendas do comércio varejista no Rio de Janeiro no bimestre julho-agosto após ajuste de sazonalidade aumentou 1,5% em relação à média do bimestre anterior, enquanto para o país houve crescimento de 2,3%. Em comparação a igual bimestre de 2011, essas variações foram de 5,4% e 8,7%, respectivamente. Ao incluir as vendas de automóveis, motocicletas e autopeças, as variações em relação ao bimestre julho-agosto de 2011 foram de 9,6% e 13%, para Rio de Janeiro e Brasil, respectivamente. A diferença em relação ao varejo restrito reflete os estímulos, via redução de IPI, à venda de automóveis, cujo crescimento bimestre foi de 21,4% no Brasil e 15% no RJ em relação ao ano anterior. Os dados da Tabela 2 mostram o comportamento das diversas atividades do comércio, para o RJ e Brasil, segundo as variações interanuais do bimestre julho-agosto e também no acumulado no ano.

Tabela 3 - Volume de vendas do comércio varejista - variações em relação a igual período do ano anterior (%)

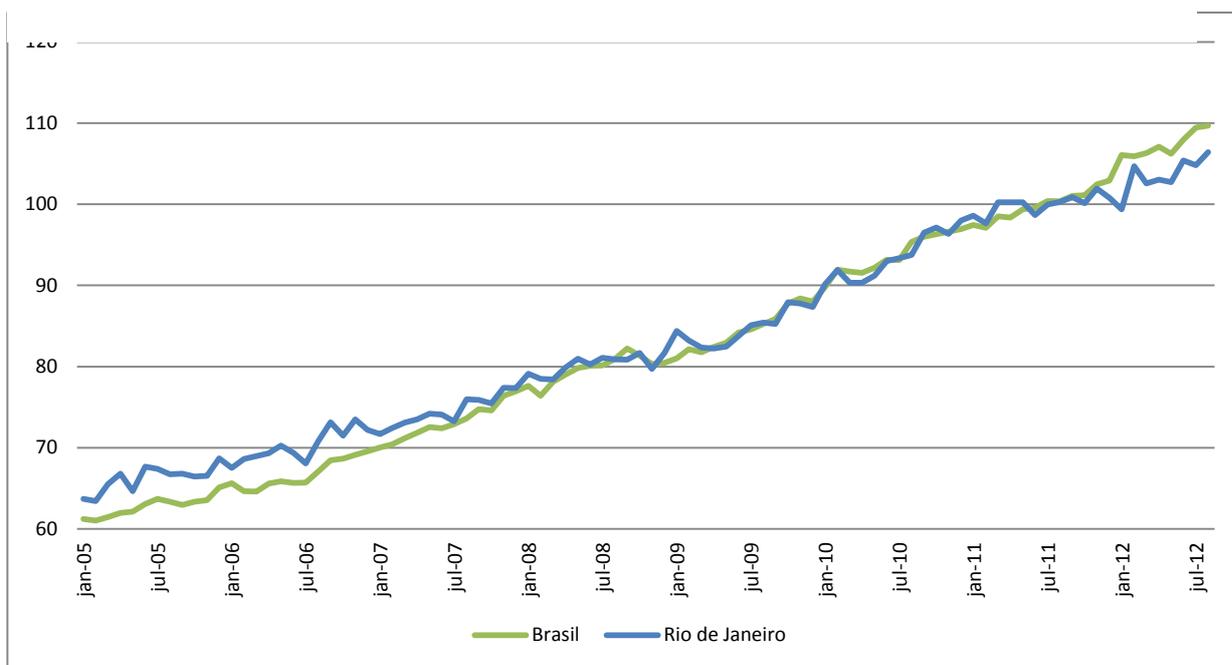
	BR		RJ	
	Jul-Ago	Jan-Ago	Jul-Ago	Jan-Ago
Combustíveis e lubrificantes	8,9	5,8	18,6	12,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,7	8,8	1,5	0,7
Tecidos, vestuário e calçados	6,9	2,6	9,2	3,7
Móveis e eletrodomésticos	14,6	14,2	6,7	11,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	12,1	11,2	13,0	8,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	5,1	4,3	1,8	5,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	11,6	15,6	20,6	10,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,4	7,7	2,8	1,4
Comércio varejista	8,7	9,0	5,4	4,1
Veículos, motocicletas, partes e peças	21,4	7,9	15,0	1,5
Material de construção	7,1	8,7	11,0	8,6
Comércio varejista ampliado	13,0	8,6	9,6	4,2

Fonte: PMC/IBGE.

Destaca-se na análise o comportamento das vendas de combustíveis e lubrificantes no RJ, com variação interanual de 18,6% no bimestre e 12,7% no acumulado no ano – ambas muito superiores às registradas para o Brasil. Inversamente, as vendas de hipermercados e supermercados apresentam crescimento bastante modesto nas duas comparações e bem inferiores às do país como um todo. No acumulado no ano, tanto as variações das vendas de veículos quanto as de material de construção no RJ situam-se abaixo daquelas registradas no plano nacional, mas na comparação interanual do bimestre a diferença reduziu-se, indicando crescimento mais acelerado no RJ no período mais recente.

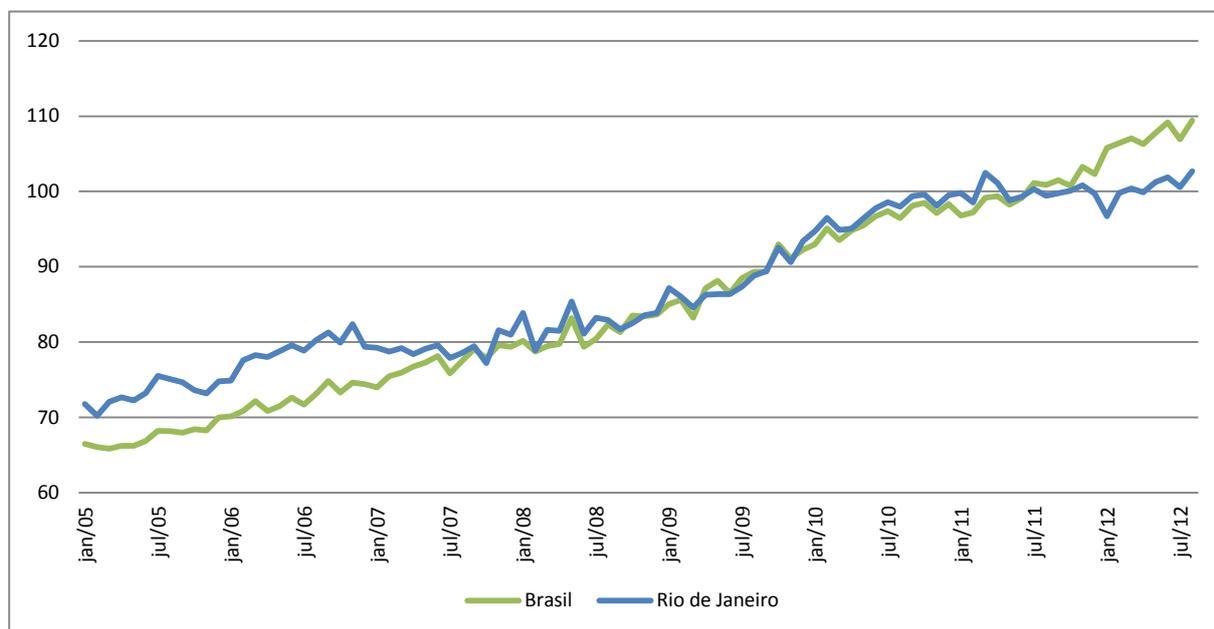
O descolamento entre o volume de vendas do comércio varejista no Rio de Janeiro e no Brasil ocorre a partir do segundo semestre de 2011, e decorre principalmente do comportamento diferenciado no segmento “Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo”, como se pode ver no gráfico 4.

Gráfico 4 - Volume de Vendas no Comércio Varejista - Índice base fixa com ajuste sazonal (2011 = 100)



Fonte: PMC/IBGE.

Gráfico 5 - Volume de Vendas - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo - Índice base fixa com ajuste sazonal (2011 = 100)



Fonte: PMC/IBGE.

I.III Mercado de Trabalho

A População Economicamente Ativa na região metropolitana do RJ (RMRJ), conforme a PME/IBGE, expandiu-se nestes oito primeiros meses de 2012 (+2,6%) quando comparado com igual período do ano anterior. Este crescimento é superior ao ocorrido em nível nacional (+1,3%) para o mesmo período. Ao observar o crescimento da criação de empregos (pessoas ocupadas na semana de referência) no mesmo período, a RMRJ cresceu (+2,3%) acima do nacional (+1,8%). Os setores de atividade econômica na RMRJ que cresceram acima da média foram 'Demais Serviços' (+4,8%) e 'Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (+2,7%). A expansão da ocupação, por conseguintes, fez a taxa de desocupação (com ajuste sazonal) declinar. No bimestre julho-agosto, a taxa de desocupação na RMRJ diminuiu ligeiramente de 5,1% em 2011 para 5,0% em 2012.

O indicador de posição na ocupação no trabalho principal traz a informação que se manteve o processo de formalização no mercado de trabalho da RMRJ. Os empregos com carteira assinada cresceram (+1,8%) no acumulado de janeiro-agosto de 2012, frente ao ano anterior; já os empregos sem carteira assinada tiveram aumento mínimo (+0,5%), variação que não se observava nos últimos meses. Avaliando agosto de 2012 em relação a agosto de 2011, a ocupação total cresceu 1,6%; enquanto as ocupações com e sem carteira aumentaram 3,8% e 2,3%, respectivamente. Essa disparidade entre o crescimento da ocupação total e o emprego com e sem carteira assinada é explicada pela queda do emprego por conta própria (-3,1%) e dos servidores públicos e militares (-1,7%).

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED mostram que, no ano de 2012 (jan-ago), foram criados 117.456 postos de trabalho líquidos no Estado do Rio de Janeiro. Dos setores econômicos que criaram postos líquidos, destaca-se o setor de serviços, 64.513 admissões líquidas, e construção civil, 36.902 admissões líquidas. O setor de comércio ainda não reverteu a grande quantidade de desligamentos líquidos observados em janeiro e fevereiro do ano, quadro que se observa em 2010 e 2011.

Quanto ao rendimento médio real dos trabalhadores, na RMRJ, houve aumento real (+1,3%) no acumulado do ano, em comparação com 2011. Este crescimento é inferior ao observado no país (+3,3%) para o mesmo período. Contudo, observa-se que o rendimento médio real fluminense é 7,0% superior ao nacional.

I.IV Inflação

A variação do IPCA-RJ em julho e agosto foi de 0,54% e 0,45%, respectivamente, que se comparam a variações de 0,43% e 0,41% para Brasil. O quarto bimestre do ano encerrou com um acumulado de 4,19%, abaixo dos 4,49% relativos ao terceiro trimestre de 2011, mas bem superior aos 3,18% relativos ao Brasil. A variação em 12 meses até agosto foi de 6,26%, índice igualmente inferior ao registrado no mesmo período de 2011, 7,04%, enquanto para o país como um todo a variação em 12 meses foi de 5,24% .

Tabela 4 - IPCA

Período	RJ		Acumulado no ano até maio		Acumulado em 12 meses	
	Jul	Ago	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	0,54	0,45	4,19	3,18	6,26	5,24
Alimentação e bebidas	1,08	0,97	5,42	5,10	8,92	8,84
Habitação	0,31	1,03	5,44	4,32	8,31	6,69
Artigos de Residência	0,42	0,34	0,86	-0,46	0,60	-1,83
Vestuário	0,54	0,78	2,61	1,71	6,26	4,71
Transportes	0,10	-0,11	2,76	-1,11	4,23	0,15
Saúde e Cuidados Pessoais	0,20	0,34	4,53	4,35	5,94	6,08
Despesas Pessoais	1,34	-0,17	5,27	6,96	7,32	9,45
Educação	0,03	0,29	6,97	7,37	7,15	7,67
Comunicação	0,27	-0,02	-0,46	0,09	-0,24	0,64

No mês de agosto, os itens que mais pressionaram o IPCA-RJ foram habitação 1,03% e alimentação e bebidas 0,97%. Contribuindo com 16,52% e 22,48%, respectivamente, no índice mensal. No item habitação o artigo que mais pressionou foi aluguel e taxas com uma alta de 2,03% e um peso de 8,31% no item. Em alimentação e bebidas, os artigos que apresentaram as maiores variações foram a batata-inglesa 31,38%, o tomate 19,32% e a cenoura 11,65%, refletindo fatores sazonais.

Os itens Despesas Pessoais e Transportes foram os principais responsáveis pela contenção da alta do resultado do IPCA-RJ do mês de junho, com -0,11% e -0,17% de variação respectivamente. Em Despesas Pessoais, o item Recreação apresentou queda de 2,19%. Em relação aos Transportes, os Automóveis Usados teve uma queda de 1,97%, ainda influenciada pela redução do IPI sobre os automóveis novos.

I.V Setor Externo

As exportações realizadas no RJ sofreram queda, alcançando US\$ 4.924 milhões no bimestre julho-agosto, uma queda de 12% em relação a igual período de 2011. Essa queda perpetua o comportamento do bimestre anterior, já que no período maio-junho as exportações praticamente perderam 44% de desempenho (aproximadamente redução de US\$ 3.860 milhões). Do lado das importações, os valores no quarto bimestre de 2012 reduziram-se 10% em relação ao bimestre anterior; já em comparação com 2011, o quarto bimestre apresentou alta de 1%.

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais⁵ de arrecadação para 2012 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 477/2012, publicada no mês de Janeiro.

No quarto bimestre de 2012, a **Receita Total** realizada superou em 4,6% a meta estipulada para o período; no acumulado de janeiro a agosto a meta foi atingida em 100% do total estipulado. O resultado positivo no bimestre se deveu sobretudo ao bom resultado das Receitas Correntes que alcançaram a marca de 109,4% do previsto no bimestre e 104,4% no acumulado, enquanto as Receitas de Capital ficaram abaixo do esperado, tendo alcançado 52,7% do total estipulado para o bimestre.

Entre as Receitas Correntes, as que mais se destacaram foram as Receitas Tributárias, Patrimoniais e a conta de Outras Receitas Correntes. A primeira superou a meta em 5,8% do total estipulado para o bimestre (R\$ 319,48 milhões acima do esperado). As receitas Patrimoniais foram superadas em R\$ 402,54 milhões(+23,5%).

Quanto às Outras Receitas Correntes, estas também tiveram um aumento expressivo quando comparado ao estipulado para o bimestre, alcançando a marca de 177,6% com um aumento de R\$ 199,73 milhões. Isso se deve ao aumento de arrecadação das receitas de Multas e Juros e da Dívida Ativa relacionado ao programa de parcelamento do REFIS.

Por sua vez, as Receitas de Capital atingiram apenas 52,7% da meta estipulada para o bimestre e 55,5% no acumulado. As Alienações de Bens ficaram praticamente zeradas no bimestre (R\$ 314,89 milhões abaixo da meta), pois foi postergada a alienação de ativos para capitalização do RIOPREVIDÊNCIA. O resultado das Operações de Crédito foi negativo, com uma diminuição de R\$ 34,61 milhões em relação ao estipulado. O

Tabela 5
METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA 2012

(art 13º da LRF)

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JUL-AGO) 2012	RECEITA REALIZADA (JUL-AGO) 2012	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-AGO) 2012	RECEITA REALIZADA (JAN-AGO) 2012	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES*	9.133,46	9.994,91	109,4%	36.598,88	38.206,24	104,4%
TRIBUT.	5.487,31	5.806,79	105,8%	23.536,15	23.425,34	99,5%
CONTRIB.	255,26	158,28	62,0%	780,17	740,98	95,0%
PATRIM.	1.709,72	2.112,26	123,5%	5.867,04	7.005,97	119,4%
AGROPEC.	0,02	0,08	478,0%	0,09	0,15	167,2%
INDUST.	0,02	0,02	112,1%	13,43	0,14	1,0%
SERV.	53,32	73,02	136,9%	218,80	241,59	110,4%
TRANSF. CORR.	950,10	981,24	103,3%	3.908,40	3.736,92	95,6%
OUTRAS	257,53	457,26	177,6%	917,20	1.564,38	170,6%
INTRAORÇAMENTÁRIA	420,20	405,97	96,6%	1.357,59	1.490,78	109,8%
REC. CAPITAL*	849,07	447,40	52,7%	3.626,74	2.013,99	55,5%
OPER. CRÉDITO	292,18	257,57	88,2%	1.168,70	1.413,73	121,0%
ALIEN. BENS	315,31	0,42	0,1%	1.523,42	17,42	1,1%
AMORT. EMPRÉST.	44,94	37,17	82,7%	163,50	140,64	86,0%
TRANSF. CAP.	187,15	117,26	62,7%	739,08	320,65	43,4%
OUTRAS	0,00	0,00	-	0,00	0,06	-
INTRAORÇAMENTÁRIA	9,50	34,99	368,3%	32,04	121,47	379,1%
Total	9.982,53	10.442,31	104,6%	40.225,62	40.220,22	100,0%

* Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

⁵ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intraorçamentárias.

desempenho das contas Receitas de Capital está detalhado na Seção III.2.

As metas de execução estabelecidas no Cronograma de Desembolso Financeiro, anexo à Resolução SEFAZ nº 478, de 27 de Janeiro de 2012, estimou que ao final do 4º bimestre as despesas pagas alcançariam R\$ 35,85 bilhões. Apurados os registros contábeis, a meta estabelecida foi ultrapassada em 4,4%, (+ R\$1,56 bilhão), conforme demonstrado na Tabela 5.

As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais ficaram um pouco abaixo da meta estabelecida, cenário que vem se repetindo ao longo do exercício.

As Outras Despesas Correntes representam 61,6% (R\$23,05 bilhões) das despesas pagas no período, (+7,7% acima da meta), aí incluídas as despesas não discricionárias (R\$11,68 bilhões), o pagamento de inativos e pensionistas (R\$5,23 bilhões) e os gastos de custeio (R\$6,14 bilhões). Incluem-se, ainda, R\$950 milhões referentes a pagamento de RP, basicamente inscritos em 2011.

As despesas de Capital requereram R\$ 2,58 bilhões incluindo o pagamento de Restos a Pagar de R\$ 664 milhões. Este montante financiou a realização de Obras (R\$ 814,31 milhões), aquisição de bens (R\$ 257, 78 milhões) e Despesas de Exercícios Anteriores (R\$ 209,99 milhões).

A despesa com Serviço da Dívida que também superou a meta em 8,4%, seguindo os parâmetros da legislação vigente, cuja base de cálculo é a média móvel da Receita Líquida Real do período (2012/2011)

Tabela 6
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*
ESTADO DO RIO DE JAN-JUN 2012

Em R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2012**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-JUN***	RP 2011 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-JUN2012	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	9.263	8.486	185	8.672	93,6%
OUTRAS DESPESAS	21.395	22.101	950	23.051	107,7%
INVESTIMENTOS / INVERSÕES	2.328	1.918	664	2.583	110,9%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	2.867	3.106		3.106	108,4%
TOTAL	35.852	35.612	1.800	37.412	104,4%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial, despesas intra-orçamentárias/ Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 478

***Fonte: SIG em 18/09/2012

Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2011.

III. Resultados Fiscais⁶

III.I Resultado Orçamentário Total

O Resultado Orçamentário total do quarto bimestre de 2012 foi R\$ 416,82 milhões menor que o mesmo período de 2011 (como se pode verificar na tabela 3) havendo uma diminuição de 59,8%. O resultado acumulado de janeiro a agosto de 2012 é de R\$ 1.353,13 milhões de superávit orçamentário, porém com queda de 37,9% em relação ao mesmo período de 2011, o que representa R\$ 825,67 milhões a menos.

– **Receita Total:** os resultados fiscais positivos apresentados estão relacionados ao desempenho da Receita Total, que cresceu 6,1% em relação ao 4º bimestre de 2011. A Receita Tributária, rubrica mais expressiva entre as receitas, apresentou uma expansão neste período, de 14,7%. As Receitas Patrimoniais recuaram 23,0% correspondendo a R\$ 630,12 milhões. Destaque-se também o aumento no bimestre das Demais Receitas Correntes e Receitas de Capital no valor de R\$ 165,52 e R\$ 110,02 milhões respectivamente, acarretando aumento percentual de 31,6% e 36,4%. A principal explicação para o crescimento da receita tributária esta no aumento da arrecadação do ICMS em Petróleo, combustíveis e gás natural. Esse fato influenciou o crescimento no acumulado, aumento de 8,6% (+ R\$ 3.201,87 milhões) em relação mesmo período de 2011.

– **Despesa Total:** Apresentou crescimento de 11,1% (+R\$ 1.017,82 milhões) e 11,6% (+R\$ 4.027,55) no bimestre e no acumulado, respectivamente. O fator que mais influenciou este aumento foi o comportamento da Despesa Corrente no item Pessoal e Encargos Sociais, que aumentou 17,6% no bimestre e 15,6% no acumulado, efeito das políticas de concessão de reajustes salariais para diversas categorias, conforme já mencionado nas edições anteriores deste Boletim. As Demais Despesas

Tabela 7

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2011	2012		2011	2012	
I. RECEITA TOTAL (A)	9.841,31	10.442,31	6,1%	37.018,35	40.220,22	8,6%
I.1 RECEITA CORRENTE	9.219,78	9.588,94	4,0%	34.699,13	36.715,45	5,8%
I.1.1 Tributária	5.060,68	5.806,79	14,7%	21.720,83	23.425,34	7,8%
I.1.2 Patrimonial	2.742,38	2.112,26	-23,0%	7.462,42	7.005,97	-6,1%
I.1.3 Transferências	893,59	981,24	9,8%	3.738,30	3.736,92	0,0%
I.1.4 Demais Correntes	523,13	688,65	31,6%	1.777,58	2.547,23	43,3%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	302,39	412,41	36,4%	1.189,01	1.892,52	59,2%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	319,14	440,96	38,2%	1.130,21	1.612,26	42,7%
II. DESPESA TOTAL (B)	9.144,70	10.162,52	11,1%	34.839,55	38.867,10	11,6%
II.1 DESPESA CORRENTE	7.462,02	8.663,32	16,1%	30.270,28	33.751,82	11,5%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	3.912,01	4.598,93	17,6%	14.313,73	16.551,04	15,6%
II.1.2 Demais Correntes	3.150,56	3.642,26	15,6%	14.324,93	15.510,36	8,3%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	399,45	422,13	5,7%	1.631,61	1.690,43	3,6%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.335,19	1.076,83	-19,3%	3.257,18	3.555,59	9,2%
II.2.1 Invest.	998,08	699,37	-29,9%	2.082,73	2.013,08	-3,3%
II.2.1.1 Obras e Instalações	574,14	467,78	-18,5%	1.273,55	1.259,58	-1,1%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	9,56	13,06	36,6%	22,67	29,73	31,2%
II.2.1.3 Demais Investimentos	414,38	218,53	-47,3%	786,51	723,76	-8,0%
II.2.2 Inv. Financ.	82,19	18,09	-78,0%	141,22	126,52	-10,4%
II.2.3 Amort. Dívida	254,93	359,37	41,0%	1.033,24	1.415,99	37,0%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	347,50	422,36	21,5%	1.312,09	1.559,68	18,9%
RES. ORÇAM. (A-B)	696,61	279,79	-59,8%	2.178,80	1.353,13	-37,9%

O Resultado Orçamentário no acumulado de janeiro a agosto foi positivo (R\$ 1.353,13 milhões), refletindo o bom desempenho da Receita Total, alavancado pela receita tributária de ICMS nas atividades de Petróleo, combustíveis e gás natural.

⁶ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

Correntes também tiveram aumento no bimestre (+15,6%) e no acumulado (+8,3%), devido ao aumento das despesas obrigatórias vinculadas à receita, como as transferências aos municípios e FUNDEB.

As Despesas de Capital apresentaram acréscimo no acumulado de janeiro a agosto de 2012 em relação a 2011, influenciado pelo aumento da Amortização da Dívida, no bimestre (+41,0%) e no acumulado (+ 37,0%), +R\$ 104,44 milhões e +R\$ 382,75 milhões respectivamente.

Nas despesas de capital o aumento mais significativo foi a amortização da dívida que atingiu o montante de R\$ 359,37 milhões no bimestre (+41,0%) e R\$ 1.415,99 milhões no acumulado do ano (+37,0%).

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Desconsiderando receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA, o Resultado Orçamentário acumulado até agosto atingiu o montante de +R\$ 1.472,50 milhões, crescimento de 5,8% em relação ao ano passado. Já no bimestre o resultado foi negativo em R\$ 264,38 milhões.

A exclusão dos saldos do fundo de previdência do resultado orçamentário do Estado tem o intuito de expurgar o efeito do problema de fluxo de caixa que o fundo possui no início do ano. Isto ocorre porque a parte mais significativa de suas receitas – oriundas dos royalties do petróleo – não é repassada integralmente ao fundo no início do ano, visto que, por conta da legislação, é usada para pagamento de indenização à União. O RIOPREVIDÊNCIA apresentou déficit orçamentário no acumulado até agosto de - R\$ 116,79 milhões, enquanto o acumulado no mesmo período de 2011 foi um superávit de R\$ 790,00 milhões. Esta piora no resultado do fundo reflete um aumento de suas despesas com pagamento de inativos e pensionistas.

Tabela 8

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2011	2012		2011	2012	
	R\$ milhões					
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	6.848,98	8.088,36	18,1%	30.085,94	33.469,97	11,2%
I.1 RECEITA CORRENTE	6.520,18	7.614,75	16,8%	29.037,91	31.407,61	8,2%
I.1.1 Tributária	5.060,68	5.806,79	14,7%	21.720,83	23.425,34	7,8%
I.1.2 Patrimonial	282,96	290,88	2,8%	2.517,12	2.437,62	-3,2%
I.1.3 Transferências	893,59	981,24	9,8%	3.738,30	3.736,92	0,0%
I.1.4 Demais Correntes	282,95	535,84	89,4%	1.061,66	1.807,74	70,3%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	270,95	376,24	38,9%	828,54	1.738,80	109,9%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	57,86	97,37	68,3%	219,48	323,56	47,4%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	7.498,69	8.352,74	11,4%	28.694,56	31.997,47	11,5%
II.1 DESPESA CORRENTE	5.817,99	6.854,22	17,8%	24.130,87	26.884,93	11,4%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.373,22	2.795,04	17,8%	8.408,40	9.712,72	15,5%
II.1.2 Demais Correntes	3.045,32	3.637,06	19,4%	14.090,86	15.481,78	9,9%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	399,45	422,13	5,7%	1.631,61	1.690,43	3,6%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.333,85	1.076,81	-19,3%	3.254,17	3.555,44	9,3%
II.2.1 Invest.	986,74	699,35	-29,8%	2.079,72	2.012,93	-3,2%
II.2.1.1 Obras e Instalações	572,85	467,78	-18,3%	1.270,66	1.269,49	-0,9%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	9,56	13,06	36,60%	22,67	29,73	31,2%
II.2.1.3 Demais Investimentos	414,33	218,51	-47,3%	786,38	723,71	-8,0%
II.2.2 Inv. Financ.	82,19	18,09	-78,0%	141,22	126,52	-10,4%
II.2.3 Amort. Dívida	254,93	359,37	41,0%	1.033,24	1.415,99	37,0%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	346,85	421,71	21,6%	1.309,51	1.557,10	18,9%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-649,71	-264,38	59,3%	1.391,38	1.472,50	5,8%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	2.992,33	2.353,94	-21,3%	6.932,42	6.750,25	-2,6%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.646,01	1.809,78	9,9%	6.145,00	6.869,63	11,8%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	1.346,32	544,17	-59,6%	787,42	-119,37	-115,2%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	696,61	279,79	-59,8%	2.178,80	1.353,13	-37,9%

III.III Resultado Primário⁷

O Resultado Primário do Estado do Rio de Janeiro no 4º bimestre foi de +R\$ 658,93 milhões, decréscimo de 45,1%

⁷ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

frente ao apurado em 2011. No acumulado, foi apurado superávit primário de R\$ 2.464,17 milhões, uma queda de 40,5% em relação ao ano passado. No acumulado verifica-se que a receita cresceu menos que a despesa, fruto da desaceleração econômica do primeiro semestre

Quando se exclui as contas do RIOPREVIDÊNCIA e se inclui as receitas e despesas intraorçamentárias na apuração deste resultado, verifica-se que houve um superávit primário de R\$ 188,57 milhões no bimestre, maior em 257,1% do que o apurado no ano anterior. No acumulado do ano, o Resultado Primário foi de +R\$ 2.851,30 milhões, uma queda de 20,5% em relação a 2011, as despesas primárias cresceram mais aceleradamente que as receitas primárias. Por outro lado, o Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA piorou substancialmente em 2012, atingindo no bimestre +R\$ 489,61 milhões contra R\$ 1.291,61 milhões no mesmo período de 2011. Devido a antecipação de receita dos CFTs ocorrida em 2011, conforme mais detalhado no item IV.1.2.

Observa-se que os resultados apresentados na tabela 5 excluem as receitas e despesas intraorçamentárias. Isto é decorrência das disposições da LRF, que estabelece que o Resultado Primário deve ser calculado desconsiderando-se os valores dessas rubricas.

IV. Receita Estadual ⁸

As Receitas Estaduais totalizaram, no 4º bimestre de 2012, R\$ 10.442,31 milhões – acréscimo de R\$ 601,00 milhões em relação ao arrecadado no mesmo período de 2011 (+ 6,1%). No acumulado até agosto, este montante foi de R\$ 40.220,22 milhões que representa um crescimento de 8,6% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Tabela 10

RESULTADO PRIMÁRIO - COM RIOPREVIDÊNCIA - SEM RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2011	2012		2011	2012	
	RECETAS TOTAL	9.841,31	10.442,31	6,1%	37.018,35	40.220,22
RECETAS FINANCEIRAS	251,64	393,34	56,3%	961,42	1.961,13	104,0%
RECETAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	319,14	440,96	38,2%	1.130,21	1.612,26	42,7%
RECETA PRIMÁRIA TOTAL (A)	9.270,53	9.608,01	3,6%	34.926,72	36.646,84	4,9%
DESPESAS TOTAL	9.144,70	10.162,52	11,1%	34.839,55	38.867,10	11,6%
DESPESAS FINANCEIRAS	725,94	791,07	9,0%	2.744,67	3.124,74	13,8%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	347,50	422,36	21,5%	1.312,09	1.559,68	18,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	8.071,26	8.948,08	10,9%	30.782,79	34.182,67	11,0%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	1.199,27	658,93	-45,1%	4.143,93	2.464,17	-40,5%

Tabela 9

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA - COM RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2011	2012		2011	2012	
	RECETAS TOTAL	6.848,98	8.088,36	18,1%	30.085,94	33.469,97
RECETAS FINANCEIRAS	196,28	338,13	72,3%	547,82	1.745,94	218,7%
RECETA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	6.652,70	7.750,24	16,5%	29.538,12	31.724,03	7,4%
DESPESAS TOTAL	7.498,69	8.352,74	11,4%	28.694,56	31.997,47	11,5%
DESPESAS FINANCEIRAS	725,94	791,07	9,0%	2.744,67	3.124,74	13,8%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.772,75	7.561,67	11,6%	25.949,89	28.872,73	11,3%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-120,05	188,57	257,1%	3.588,23	2.851,30	-20,5%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	1.290,96	488,95	-62,1%	373,82	-334,56	-189,5%

⁸ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

No bimestre o resultado foi positivo dado os bons desempenhos das Receitas Correntes (+ R\$ 369,16 milhões) e de Capital (+ R\$ 110,02 milhões).

Já o resultado das Receitas Correntes é reflexo dos incrementos das Receitas Tributárias e Outras Receitas Correntes, que serão pormenorizadas a seguir na Seção IV.I.1

IV.I Receitas Correntes

As Receitas Correntes apresentaram aumento de 4,0% (+R\$ 369,16 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, totalizando, assim, R\$ 9.588,94 milhões.

Os principais destaques, como dito acima, foram as Receitas Tributárias e Outras Correntes. A Tributária obteve um crescimento de 14,7% no bimestre e de 7,8% no acumulado, o que representaram R\$ 746,11 milhões e R\$ 1.704,51 milhões respectivamente.

As Receitas Patrimoniais caíram 23,0%, representando um decréscimo de receita de R\$ 630,12 milhões no período. O aumento de 97,8% das Outras Receitas Correntes (+ R\$ 226,13 milhões) foi ocasionado principalmente pelo crescimento da receita da Dívida Ativa, que por sua vez foi devido ao êxito do programa REFIS⁹.

IV.I.1 Receita Tributária

A receita oriunda de tributos arrecadada no quarto bimestre de 2012 teve crescimento de 14,7% (+R\$ 746,11 milhões) em comparação ao mesmo período de 2011. No acumulado o incremento foi de 7,8%, alcançando R\$23.425,34 milhões arrecadados no acumulado, impulsionado pelos aumentos do ICMS (7,0%), IRRF (13,3%), do IPVA (12,8%), do ITD/ITBI (29,7%) e das Taxas (14,1%).

Tabela 11

DECOMPOSIÇÃO DA RECETA POR NATUREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2011	2012		2011	2012	
TRIBUTÁRIA	5.060,68	5.806,79	14,7%	21.720,83	23.425,34	7,8%
CONTRIBUIÇÕES	236,16	158,28	-33,0%	712,42	740,98	4,0%
PATRIMONIAL	2.742,38	2.112,26	-23,0%	7.462,42	7.005,97	-6,1%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,08	474,4%	0,09	0,15	65,3%
INDUSTRIAL	0,02	0,02	-2,0%	0,17	0,14	-17,5%
DE SERVIÇOS	55,81	73,02	30,8%	209,13	241,59	15,5%
TRANSF. CORR.	893,59	981,24	9,8%	3.738,30	3.736,92	0,0%
OUTRAS CORR.	231,13	457,26	97,8%	855,77	1.564,38	82,8%
REC. CORR.	9.219,78	9.588,94	4,0%	34.699,13	36.715,45	5,8%
REC. CAPITAL	302,39	412,41	36,4%	1.189,01	1.892,52	59,2%
REC. INTRAORÇ.	319,14	440,96	38,2%	1.130,21	1.612,26	42,7%
Total	9.841,31	10.442,31	6,1%	37.018,35	40.220,22	8,6%

No quarto bimestre de 2012, as Receitas Totais cresceram R\$ 601,00 milhões comparado ao mesmo período do ano passado.

⁹ Conforme a Lei Estadual nº 6136 de 28 de dezembro de 2011.

– **Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):** O ICMS, que corresponde a maior parcela da Receita Tributária, teve bom aumento de arrecadação de 13,6% no bimestre, o que representa R\$ 542,40 milhões. O destaque positivo foi Petróleo, Combustíveis e Gás Natural (crescimento de 33,1%).

No acumulado, a receita do imposto apresentou um aumento de R\$ 1.135,13 milhões (+7,0%), totalizando R\$ 17.381,14 milhões. O resultado positivo é decorrente do bom resultado da arrecadação no bimestre do setor de Petróleo – que no ano acumulou a receita de R\$ 3.115,00 milhões, aumento de 16,8% comparado ao acumulado no mesmo período de 2011. Tais desempenhos serão detalhados na seção IV.I.1.i.

– **Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):** No quarto bimestre de 2012, esta receita alcançou a arrecadação de R\$ 137,76 milhões, o que representa um aumento de 23,2% (+R\$ 25,92 milhões).

Devido à alteração no calendário de pagamentos deste imposto, ocorreu a distribuição do impacto da receita ao longo do ano, o que explica o crescimento no acumulado de 12,8% (+R\$ 179,84 milhões) comparado ao mesmo período do ano anterior, alcançando um total arrecadado de R\$ 1.586,48 milhões.

– **Imposto de Renda (IRRF):** No bimestre o aumento da arrecadação (+49,1%) decorre do fato de que em 2011 o RIOPREVIDÊNCIA alterou os repasses dos recursos.

– **Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD) e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI):** As receitas somadas de ITD e ITBI no bimestre foram de R\$ 92,44 milhões, o que representa um aumento de R\$ 10,23 milhões (+12,4%) em relação ao mesmo período de 2011. O crescimento da arrecadação desses impostos é fruto do investimento em sistemas e funcionários, com a finalidade de aumentar a eficiência na arrecadação deles, e da valorização dos imóveis na

Tabela 12
RECEITA TRIBUTÁRIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.060,68	5.806,79	14,7%	21.720,83	23.425,34	7,8%
ICMS	3.977,72	4.520,12	13,6%	16.246,01	17.381,14	7,0%
Adicional do ICMS	400,95	407,94	1,7%	1.656,56	1.674,32	1,1%
IRRF	247,42	368,85	49,1%	1.013,16	1.147,46	13,3%
IPVA	111,84	137,76	23,2%	1.406,64	1.586,48	12,8%
ITD e ITBI	82,21	92,44	12,4%	256,75	332,93	29,7%
Taxas	240,54	279,68	16,3%	1.141,72	1.303,01	14,1%

A arrecadação de ITD e ITBI no acumulado cresceu R\$76,18 milhões (+29,7%). Resultado de investimento em sistemas e funcionários e da valorização dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro.

cidade do Rio de Janeiro. No acumulado, o crescimento foi de 29,7% (+R\$ 76,18 milhões), totalizando R\$ 332,93 milhões.

– **Taxas:** A Receita de Taxas cresceu no bimestre 16,3% em relação ao mesmo período de 2011, o que equivale a um acréscimo de R\$ 39,14 milhões. No acumulado, esta receita cresceu 14,1%, representando um aumento de R\$ 161,29 milhões. Merecem destaque as receitas das taxas de controle e fiscalização e prestação de serviços de trânsito, ambos do DETRAN, que somadas tiveram aumento de R\$ 21,27 milhões no bimestre.

IV.I.1.i Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Tabela 13

ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2011/2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		part % 2012	var % 12/11	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		part % 2012	var % 12/11
	2011	2012			2011	2012		
Alimentação	169,89	182,25	4,0%	7,3%	714,64	739,52	4,3%	3,5%
Bebidas	169,70	214,22	4,7%	26,2%	799,19	920,19	5,3%	15,1%
Borracha e plástico	32,44	38,47	0,9%	18,6%	122,39	147,15	0,8%	20,2%
Comunicação e informação	67,04	80,11	1,8%	19,5%	251,70	307,42	1,8%	22,1%
Construção civil	157,58	157,00	3,5%	-0,4%	590,45	595,79	3,4%	0,9%
Editorial, gráfica e publicidade	16,93	26,72	0,6%	57,9%	69,02	83,00	0,5%	20,2%
Eletroeletrônicos	67,21	93,58	2,1%	39,2%	298,11	341,24	2,0%	14,5%
Energia elétrica	408,25	445,20	9,8%	9,1%	2.107,77	2.089,93	12,0%	-0,8%
Informática e óptico	27,48	26,59	0,6%	-3,2%	104,53	120,02	0,7%	14,8%
Madeira, papel e fumo	102,20	109,38	2,4%	7,0%	435,78	439,24	2,5%	0,8%
Máquinas e equipamentos em geral	43,97	63,89	1,4%	45,3%	167,35	202,43	1,2%	21,0%
Médico-hospitalar e odontologia	33,30	34,90	0,8%	4,8%	120,21	127,83	0,7%	6,3%
Mercados, lojas e magazines	250,20	327,74	7,3%	31,0%	1.012,91	1.165,47	6,7%	15,1%
Metalurgia e siderurgia	191,53	179,38	4,0%	-6,3%	717,00	751,55	4,3%	4,82%
Móveis e utensílios	41,79	41,97	0,9%	0,4%	159,89	165,55	1,0%	3,5%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	114,72	113,42	2,5%	-1,1%	441,29	457,30	2,6%	3,6%
Petróleo, combustíveis e gás natural	711,24	946,34	20,9%	33,1%	2.701,99	3.155,00	18,2%	16,8%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	155,47	178,68	4,0%	14,9%	598,81	660,22	3,8%	10,3%
Química e petroquímica	120,52	152,13	3,4%	26,2%	476,77	525,49	3,0%	10,2%
Telecomunicações	631,34	636,09	14,1%	0,8%	2.496,53	2.471,53	14,2%	-1,0%
Têxtil e vestuário	172,11	152,72	3,4%	-11,3%	665,22	656,68	3,8%	-1,3%
Transportes gerais e armazenagem	75,09	98,97	2,2%	31,8%	309,90	361,80	2,1%	16,7%
Veículos automotores	145,86	161,30	3,6%	10,6%	640,11	645,39	3,7%	0,8%
Outras atividades econômicas	71,87	59,06	1,3%	-17,8%	244,44	251,39	1,4%	2,8%
Total das atividades econômicas	3.977,72	4.520,12	100,0%	13,6%	16.246,01	17.381,14	100,0%	7,0%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS, destacam-se positivamente os setores *Mercados, Lojas e Magazines; Energia Elétrica, Bebidas e Petróleo*, combustíveis e gás natural. O setor de *Metalurgia e Siderurgia* teve desempenho negativo, mas que não foi capaz de neutralizar o bom desempenho no ano. Já Têxtil e vestuário obteve resultado negativo no bimestre e no acumulado. A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

– Petróleo, combustíveis e gás natural:

Este setor é o de maior destaque na arrecadação do ICMS. Em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, a receita aumentou 33,1% (+R\$ 235,10 milhões), impulsionado pelas importações. O resultado acumulado continua positivo atingindo R\$ 3.155,00 milhões de arrecadação, aumento de 16,8%. Devendo-se este aumento principalmente a fabricação de produtos do refino de petróleo e no setor de serviços às atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural.

– Telecomunicações:

A arrecadação neste setor caiu 1,0% no acumulado (-R\$ 25,00 milhões) e cresceu 0,8% no bimestre (R\$ 4,75 milhões). Esse queda no acumulado se deve principalmente ao baixo desempenho de arrecadação com os serviços de telefonia fixa comutada.

– Mercados, lojas e magazines:

A alta de 31,0% (+R\$ 77,54 milhões) no bimestre e de 15,1% no acumulado (+R\$ 152,56 milhões) deve-se ao aumento de arrecadação com supermercados e hipermercados - que já vinham apresentando alta - atrelados ao aumento no consumo. A arrecadação com lojas de departamentos ou magazines apresentou uma

pequena queda. No bimestre houve também valores significativos relacionados a autos de infração neste setor.

- Energia Elétrica:

O crescimento no bimestre (+9,1%), comparado à ligeira queda no acumulado (-0,8%), é explicado pela correção de pagamentos feitos à menor pelo contribuinte em meses anteriores, conforme descrito no Boletim do 1º Bimestre de 2012, e por autos de infração aplicados a empresas do setor. No acumulado apesar do crescimento na indústria de geração de energia elétrica, este foi superado pela queda de receita nos serviços de distribuição de energia elétrica.

- Bebidas:

Em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, a arrecadação cresceu 26,2% (+R\$ 44,52 milhões). O aumento no acumulado de 15,1% deve-se principalmente ao setor atacadista de cervejas, chopes e refrigerantes.

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial arrecadada no quarto bimestre de 2012 atingiu o valor de R\$ 2.112,26 milhões, apresentando um decréscimo de 23,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, estas receitas alcançaram R\$ 7.005,97 milhões, diminuindo 6,1% no comparativo anual.

O decréscimo das receitas foi principalmente devido pelo menor ingresso dos Certificados Financeiros do Tesouro (CFTs) que diminuíram 85,4% (-R\$ 773,17 milhões) no bimestre e 73,2% (-R\$ 1.427,98 milhões) no acumulado. Também explicam tais resultados as variações negativas das receitas de Aplicações Financeiras, que apresentaram decréscimo tanto no bimestre quanto no acumulado (-18,7% e -7,0%, respectivamente).

Tabela 14

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECEITA PATRIMONIAL	2.742,38	2.112,26	-23,0%	7.462,42	7.005,97	-6,1%
Petróleo	1.689,95	1.849,78	9,5%	4.964,49	6.001,11	20,9%
Royalties	425,24	491,39	15,6%	1.590,65	1.977,49	24,3%
Part. Especial	1.264,15	1.357,75	7,4%	3.371,79	4.021,06	19,3%
FEP	0,56	0,63	12,8%	2,04	2,57	25,6%
CFT's	904,92	131,75	-85,4%	1.949,73	521,75	-73,2%
Aplic. Financeiras	120,79	98,19	-18,7%	418,62	389,33	-7,0%
Demais Rec. Patrimoniais	26,72	32,55	21,8%	129,58	93,77	-27,6%

Tabela 15

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - JUN)		var %
	2011	2012		2011	2012	
Produção (milhões de bbl)	92,59	91,09	-1,6%	377,30	376,60	-0,18%
Brent (US\$/bbl)	114,41	102,75	-10,2%	105,46	112,42	6,60%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,60	2,02	26,1%	1,65	1,85	12,30%

*O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 4º bimestre são apresentados os dados de produção do 3º bimestre.

– **Petróleo:** As Receitas de Petróleo mantiveram tendência de aumento em 2012, de 9,5% no bimestre e 20,9% no resultado acumulado. Conforme a Tabela 12, podemos notar que isso se deve a valorização da taxa de câmbio e pelo aumento no preço do Brent. Percebe-se ainda que produção estivesse estagnada no período, com pequena redução na análise bimestral.

– **CFT:** Conforme mencionado nos Boletins anteriores, o fluxo de receita dos CFT fora programado para ser decrescente e encerrado em 2014. Entretanto, houve negociação para mudança deste fluxo, adiantando-se grande parte da receita para 2011 e a parte restante para 2012. Portanto, haverá progressiva diminuição desta receita neste ano; no bimestre a redução foi de 85,4% (-R\$ 773,17 milhões) comparado ao ano passado, e no acumulado alcançou a diminuição de 73,2% (-R\$ 1.427,98 milhões).

– **Aplicações Financeiras:** Apresentaram variações negativas no 4º bimestre (-18,7%), porém, menos acentuados no acumulado semestral (-7,0%). Esta variação deve-se à queda que vem ocorrendo continuamente na SELIC (11,17% em janeiro de 2011 para 7,39% em agosto de 2012) e à queda do superávit orçamentário, que no acumulado caiu de R\$ 2.178,80 milhões para R\$ 1.353,13 milhões.

As receitas patrimoniais ligadas ao petróleo vêm apresentando variações positivas com aumento de 9,5% no bimestre e 20,9% no resultado acumulado, influenciadas pela valorização da taxa de câmbio e pelo aumento no preço do Brent.

IV.1.3 Receita de Transferências

O total arrecadado de Transferências apresentou crescimento de 9,8% (+R\$ 87,65 milhões) no 4º bimestre de 2012, comparativamente ao mesmo período de 2011.

Com os resultados positivos das contas de receitas do FUNDEB (+R\$ 41,54 milhões) e da conta Outras Transferências da União em 208,2% (R\$ 51,70 milhões); e apesar do recuo da CIDE (-R\$ 12,14 milhões), do FPE (-R\$ 10,36 milhões) e do SUS (-R\$ 17,13 milhões) no bimestre obteve-se crescimento de 9,8% das Receitas de Transferências.

No acumulado, a receita de Transferências manteve-se estável; com destaques positivos para o FUNDEB (+3.1%), para o FPE (+4,2%) e para o Salário Educação (+12,2%); e negativos para a CIDE (-29,7%), para o SUS (-13,4%) e Outras Transferências da União (-28,1%).

IV.1.3.i. Transferências da União

Em relação ao mesmo período de 2011, o acréscimo de receita desse grupo foi de 5,2% (+R\$ 25,53 milhões), contudo o resultado acumulado decresceu 3,2% (-R\$ 65,59 milhões). Os repasses de FPE, IPI-exp e do SUS foram as principais transferências feitas pela União, representando 67,14% do total recebido.

– **FPE¹⁰**: Com decréscimo de 7,4% (-R\$ 10,36 milhões), esta receita alcançou R\$ 128,74 milhões de reais no quarto bimestre de 2012.

Tendo como suas fontes o IPI e o IR, seu decréscimo bimestral foi resultado da queda na arrecadação dos dois impostos.

Com maior peso nas receitas do FPE, o IR obteve ligeiro aumento, acarretado pelo crescimento do IRRF-Rendimentos do Trabalho e IRPF, mas parcialmente neutralizado pela queda no bimestre do IRPJ.

Quanto ao IPI, teve aumentos significativos do IPI vinculado à importação, mas com reduções na arrecadação do IPI-Automóveis (redução do volume de vendas e alteração da tabela de IPI).

No acumulado, a receita de FPE teve aumento de 4,2%, alcançando a arrecadação de R\$ 644,03 milhões.

– **IPI-EXP**: Apresentou, comparativamente ao ano anterior, um crescimento de 4,9% no bimestre (+R\$ 5,94 milhões), e um decréscimo de 0,3% (-R\$ 1,69 milhões) no acumulado. O coeficiente de distribuição aumentou em 1% em relação a 2011, no acumulado houve queda devido ao

Tabela 16

RECETA DE TRANSFERÊNCIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2011	2012		2011	2012	
	R\$ milhões					
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS	893,59	981,24	9,8%	3.738,30	3.736,92	0,0%
Transf da União	493,30	518,83	5,2%	2.031,20	1.965,51	-3,2%
FPE	139,10	128,74	-7,4%	618,22	644,03	4,2%
IPI exp	120,75	126,69	4,9%	488,97	487,28	-0,3%
IOF	0,00	0,01	171,3%	0,02	0,02	2,7%
CIDE	28,67	16,53	-42,3%	77,23	54,31	-29,7%
SUS	110,06	92,93	-15,6%	411,32	356,12	-13,4%
Salário Educação	55,59	63,09	13,5%	234,77	263,36	12,2%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	57,18	57,18	0,0%
Outras Transf. da União	24,83	76,53	208,2%	143,48	103,20	-28,1%
FUNDEB	377,17	418,71	11,0%	1.617,35	1.667,69	3,1%
Convênios	23,21	43,65	88,0%	79,27	103,22	30,2%
Outras Transf. Corr.	-0,09	0,05	-158,8%	10,47	0,50	-95,2%

¹⁰ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de maio de 2012. Receita Federal. <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2012/Analismensalm12.pdf>.

mal desempenho que as exportações vinham tendo, se recuperando nos últimos meses e com isso o aumento de arrecadação no bimestre.

– **CIDE:** Teve um decréscimo de 42,3% no bimestre e de 29,7% no acumulado. A redução foi motivada pelo decreto 7.764/2012 que reduziu a zero as alíquotas específicas de diversos produtos, com efeitos a partir de junho de 2012.

– **SALÁRIO-EDUCAÇÃO:** Com arrecadação de R\$ 63,09 milhões no bimestre, esta receita teve crescimento de 13,5% (+R\$ 7,50 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

O crescimento se confirma no acumulado (+12,2%; +R\$ 28,59 milhões), em função do aumento da arrecadação da contribuição social das empresas vinculadas ao Regime Geral da Previdência Social, devida à União e repassada mensalmente a estados e municípios.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:**

Teve um crescimento de 208,2% (+R\$ 51,7 milhões) no bimestre e um decréscimo de 28,1% (-R\$ 40,28 milhões) no acumulado. A principal parcela que influenciou nesses resultados foram as transferências diretas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar).

– **SUS:** As receitas de Transferências de Convênios para o SUS alcançaram o valor de R\$ 92,93 no bimestre, apresentando uma queda de -15,6% (-R\$ 17,13 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. No acumulado a queda alcançou 13,4% (-R\$ 55,2 milhões), causado pela continua adesão dos municípios ao Pacto da Saúde, prescindindo do intermédio do estado.

IV.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes tiveram um acréscimo de 31,6% (+R\$ 165,52 milhões) no 4º bimestre em relação a 2011. Esse aumento decorreu do crescimento de várias contas, principalmente Dívida Ativa (+234,0%) e Receitas

A CIDE teve redução das alíquotas específicas de diversos produtos, com efeitos a partir de junho de 2012, motivada pelo decreto 7.764/2012 reduzida a zero.

Diversas (+112,7%), tanto no bimestre quanto no acumulado.

– **Receitas Diversas:** Comparativamente ao mesmo período de 2011, obteve um crescimento de 96,9% no acumulado (+R\$ 326 milhões) e 112,7% no bimestre (+R\$ 100,76 milhões). No acumulado, o crescimento deve-se principalmente ao crescimento da Receita Centro de Estudos Jurídicos da PGE (+R\$ 35,32 milhões). Na análise bimestral, a variação é devida ao crescimento da Receita Proveniente da Lei Federal nº 11.429/2006 (+R\$ 48,81 milhões), e da rubrica Demais Receitas (+R\$ 88,04 milhões). Houve transferência de recursos do Banco do Brasil provenientes da manutenção de depósitos judiciais.

– **Receitas de Serviços:** Houve aumento de R\$ 17,21 milhões (+30,8%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 73,02 milhões no bimestre, resultante de Serviços de Processamento de Dados que alcançou a arrecadação de R\$ 28,60 milhões, com um aumento de 15,5% comparado ao mesmo período no ano anterior. Devido à participação percentual de 40% dos serviços de processamento de dados em relação ao total de serviços, o aumento deste anulou desempenhos negativos de outros serviços menos expressivos.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** O crescimento das Receitas de Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora justifica-se pelo Programa de REFIS estadual, autorizado pela Lei estadual 6136 de 28 de dezembro de 2011. O Programa oferece redução de juros de mora e exclusão de multas de débitos inscritos em Dívida Ativa com vencimento até 30 de novembro de 2011. Os itens que mais influenciaram a receita de multas e juros no bimestre foram o ICMS e as multas previstas na legislação de trânsito. No acumulado a maior influência foram os juros e multas de mora da Dívida Ativa do ICMS.

Tabela 17

 DEMAIS RECEITAS CORRENTES
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2011	2012		2011	2012	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	523,13	688,65	31,6%	1.777,58	2.547,23	43,3%
Receita de Contribuições	236,16	158,28	-33,0%	712,42	740,98	4,0%
Receita Agropecuária	0,01	0,08	474,4%	0,09	0,15	65,3%
Receita Industrial	0,02	0,02	-2,0%	0,17	0,14	-17,5%
Receita de Serviços	55,81	73,02	30,8%	209,13	241,59	15,5%
Multas e Juros de Mora	79,03	94,66	19,8%	287,61	377,00	31,1%
Indenizações e Restituições	26,68	52,23	95,8%	96,32	128,02	32,9%
Dívida Ativa	35,99	120,18	234,0%	135,47	396,99	193,0%
Receitas Diversas	89,44	190,20	112,7%	336,36	662,36	96,9%

O Programa de REFIS estadual promoveu o crescimento de arrecadação no 4º bimestre em 234,0% na receita de Dívida Ativa e 19,8% na receita de Multas e Juros. Somados, alcançaram a marca de R\$ 214,84 milhões no período.

As Receitas de Dívida Ativa alcançou um aumento de 234,0% comparado ao mesmo bimestre do ano anterior, e no acumulado, o crescimento alcançou 193,0%.

No caso da conta de Multas e Juros, como houve redução apenas parcial dos juros, o crescimento comparado ao 4º bimestre de 2011 foi de 19,8% e no acumulado se janeiro a agosto foi de 31,1%. A soma das contas de Dívida Ativa e Multas e Juros alcançou em arrecadação no bimestre foi de R\$ 214,84 milhões, crescimento de R\$ 99,82 milhões. No Programa de REFIS, existe a previsão do parcelamento dos pagamentos dos débitos, portanto poderá haver aumentos de tais contas nos próximos bimestres.

– **Indenizações e Restituições:** Cresceram 95,8% no bimestre (+R\$ 25,55 milhões) e no resultado acumulado cresceu 32,9% (+R\$ 31,70 milhões).

– **Receita de Contribuições:** Caíram 33% no bimestre (-R\$ 77,88 milhões) e no resultado acumulado obteve um acréscimo de 4,0% (+R\$ 28,56 milhões).

Box 01 – O Crescimento do IPVA

Com intuito de avaliar a dinâmica da arrecadação do IPVA, a SUPOF preparou uma série de estudos com base na arrecadação do IPVA devido por tipo de carros e combustíveis. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) consiste na prestação pecuniária compulsória instituída em lei que incide sobre a propriedade, nos termos do direito privado, de qualquer veículo automotor registrado nas repartições do Estado titular da imposição.

Tributo de competência estadual indelegável, fruto da descentralização política, o IPVA teve sua instituição autorizada inicialmente pela Emenda Constitucional 27 de 1985, vindo a substituir a antiga Taxa Rodoviária Única.

Caracterizado, quanto à forma de percepção, por ser um tributo direto, quanto à base econômica, pelo fato de recair sobre o patrimônio do contribuinte, e por ser não vinculado, uma vez que seu fato é uma situação que não tem como contrapartida a atividade imediata do Estado para com o contribuinte, o IPVA, por ser um tributo cuja função é exclusivamente a fiscal, constitui uma importante fonte de receita para os cofres públicos, contribuindo não só para a manutenção do aparelho do Estado como também para a realização de políticas públicas necessárias à população.

Conforme apresentado na tabela a seguir, a arrecadação do IPVA do Estado do Rio de Janeiro, em valores nominais, entre janeiro e agosto de 2012, comparativamente ao exercício anterior teve crescimento nominal de 12,8%, superior ao constatado em 2011 (11,2%), contribuindo positivamente para a arrecadação das receitas tributárias estaduais, as quais apontaram um aumento mais contido neste exercício (7,8%) frente ao apurado 2011 (13,5%). Já em valores reais (deflacionado pelo IPCA), pode-se observar que o aumento da receita do IPVA foi bem maior em 2012 (6,7%) do que em 2011 (4,6%), obtendo a maior participação, nos últimos 3 anos, sobre o total das receitas derivadas (6,8%).

Tabela 1 – Arrecadação do IPVA até Agosto.

Receita		2010 (A)	2011 (B)	2012 (C)	Var (B/A)	Var (C/B)
Valor	IPVA	1.265.493.521	1.406.635.206	1.586.483.740	11,2%	12,8%
Nominal	RC Tributárias	19.129.449.434	21.720.830.881	23.425.336.341	13,5%	7,8%
Valor	IPVA	1.242.534.702	1.299.826.065	1.387.110.552	4,6%	6,7%
Real	RC Tributárias	18.687.001.333	19.920.874.947	20.384.136.302	6,6%	2,3%
	% Part.	6,6%	6,5%	6,8%	-	-

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA / SIG. Elaboração própria

No 4º bimestre deste ano, a arrecadação deste imposto, diferentemente do constatado em 2011 (2,7% em valores nominais, -4,0% em valores reais), apresentou crescimento expressivo de 23,2% nominal e 17,1% real, muito superior às receitas derivadas (14,7% em valores nominais, 9,1% em valores reais), conforme tabela abaixo.

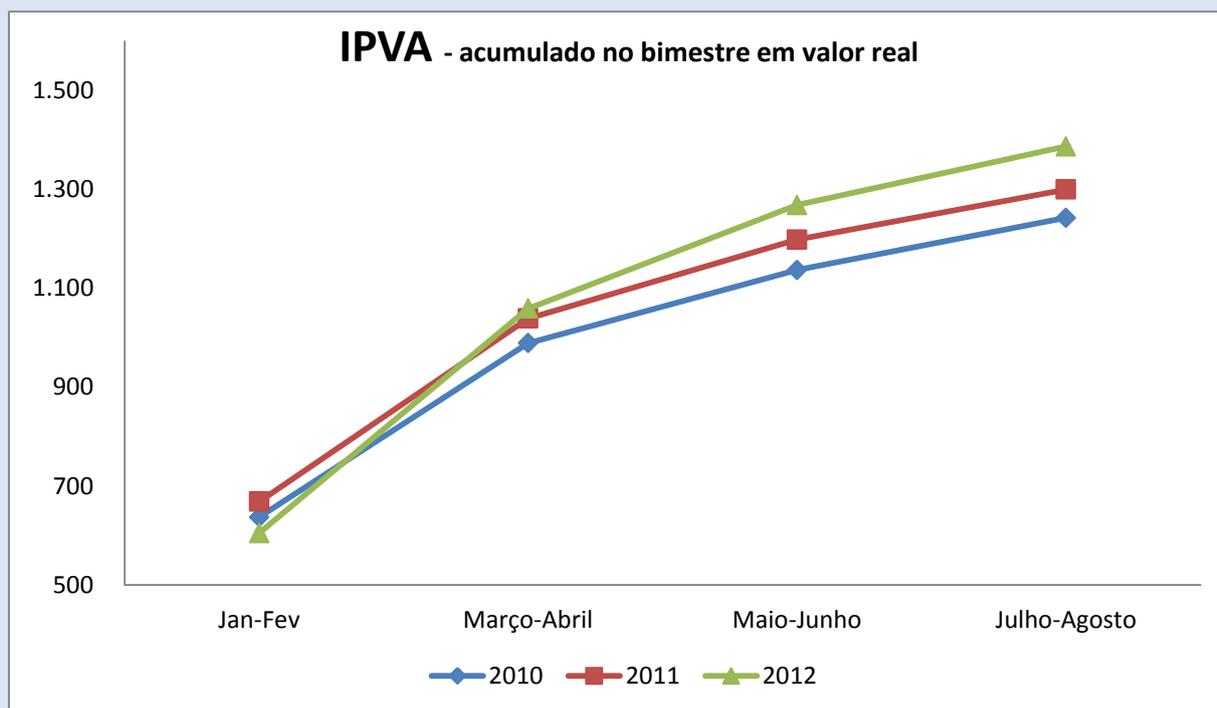
Tabela 2 – Arrecadação do IPVA no 4º Bimestre.

Receita		2010 (A)	2011 (B)	2012 (C)	Var (B/A)	Var (C/B)
Valor	IPVA	108.872.541	111.838.526	137.764.524	2,7%	23,2%
Nominal	RC Tributárias	4.504.521.157	5.060.678.800	5.806.788.762	12,3%	14,7%
Valor	IPVA	105.581.995	101.323.246	118.631.058	-4,0%	17,1%
Real	RC Tributárias	4.368.299.106	4.584.261.641	4.999.349.061	4,9%	9,1%

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA / SIG. Elaboração própria

O gráfico seguinte demonstra nitidamente que em 2012 a baixa arrecadação no início do ano como decorrência da alteração no calendário de pagamentos deste tributo, ocasionando uma transferência do impacto de seu ingresso dos primeiros bimestres para os seguintes, sobretudo a partir de abril comparativamente aos exercícios anteriores.

Gráfico 1 – Crescimento da arrecadação do IPVA em valor real.



Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA / SIG. Elaboração própria.

É importante destacarmos que tal crescimento na arrecadação do IPVA, no ano e no bimestre, é justificável por conta do incremento na capacidade do governo do Estado em fiscalizar seus contribuintes, evitando, assim, a sonegação do imposto, e também pelo fato das vendas no varejo de automóveis para o segmento de passeio, setor este com maior alíquota (4%) e com maior participação na frota estadual (62%)

em 2012), terem sido consideravelmente maior neste exercício (36% no bimestre e 11% no acumulado) do que em 2011 (2% no bimestre e 3% no acumulado), conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 3 – Análise dos segmentos.

Segmentos	Alíquota (IPVA)	2012			2011			2010			Δ			
		Até Ago (A)	4º Bimestre (B)	Part. Acum.	Até Ago (C)	4º Bimestre (D)	Part. Acum.	Até Ago (E)	4º Bimestre (F)	Part. Acum.	Bimestre		Até Agosto	
											B/D	D/F	A/C	C/E
Autos	4,0%	146616	47.565	62%	131.599	34.861	58%	128.344	34.070	60%	36%	2%	11%	3%
Com. Leve	3,0%	33.065	9.723	14%	33.141	9.156	15%	27.417	7.317	13%	6%	25%	0%	21%
Caminhões	1,0%	4.803	1.188	2%	5.804	1.827	3%	4.914	1.520	2%	-35%	20%	-17%	18%
Ônibus	2,0%	3.570	1.191	2%	2.670	787	1%	2.872	817	1%	51%	-4%	34%	-7%
Motos	2,0%	48.331	11.857	20%	52.459	13.985	23%	49.332	12.675	23%	-15%	10%	-8%	6%
TOTAL		236.385	71.524	100%	225.673	60.616	100%	212.879	56.399	100%	18,0%	7,5%	4,7%	6,0%

Dados do Fenabreve
Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA / SIG. Elaboração própria

Em outra análise, por meio de regressões em painel Log-transformadas da arrecadação contra a quantidade de carro tributado e o valor da base de cálculo, calcularam-se as elasticidades preço e quantidade das tributações (o quanto a variação do preço e quantidade vendida de automóveis afetam o IPVA). Vale ressaltar que os valores são estimados, supondo todo o resto constante, isto é, não há alterações nas outras variáveis. Apresentamos abaixo os resultados para tipo de combustível:

Tabela 4 - Regressão em Painel LOG-LOG do IPVA arrecadado contra o valor do automóvel e a quantidade tributada por Categoria de Combustível.

Descrição Tipo de Combustível	Elasticidade Do IPVA em %		
	Elasticidade Quantidade	Elasticidade Preço	constante
Álcool	0.10	1.01	-2.09
Flex	-0.28	1.32	-3.26
Diesel	0.45*	0.44	1.51
Gasolina	0.41	0.72	-0.75

Fonte: Sefaz

Na tabela 4 pode-se observar que os carros Flex apresentam elasticidades quantidade da tributação negativa (para 1% de aumento de carros flex, a arrecadação reduziu em 0,27%), indicando que a desoneração para carros flex induziu os contribuintes a um movimento de troca de carros de um combustível por carros flex, reduzindo potencialmente a arrecadação do estado do Rio de Janeiro. Mas vale ressaltar que o esforço do Estado é audacioso uma vez que estimula a redução da emissão de CO2. Tanto que segundo a ÚNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), a utilização de carros movidos a Etanol reduziu as emissões de CO2 em 128.330.160 toneladas desde 2003.

Ademais, as elasticidades quantidade da tributação do álcool, Diesel e Gasolina se mostraram positivas, porém inelásticas. Tal fato se deve ao crescimento moderado da frota. Sob a ótica dos preços,

podemos afirmar que o IPVA tributado é elástico para os carros movidos a Álcool e Flex e inelástico para automóveis movidos a Diesel e Gasolina. Conclui-se que a confiança nos automóveis a Diesel e Gasolina é maior que nos automóveis a Álcool e Flex. Não obstante, grande parte da frota de caminhões é movida a Diesel e quase 50% dos carros ainda são movidos a gasolina, segundo o Detran. Outro fator preponderante que afasta os consumidores dos carros movidos a álcool e Flex é a insegurança quanto ao preço de etanol, que varia de acordo com a safra e o preço internacional do açúcar.

Tabela 5 - Regressão em Painel LOG-LOG do IPVA arrecadado contra o valor do automóvel e a quantidade tributada por Tipo de Carro.

Descrição Tipo de Combustível	Elasticidade Do IPVA em %		constante
	Elasticidade Quantidade	Elasticidade Preço	
Automóvel	0.53	0.77	-4.87
Grande Porte	0.22	1.04	-6.86
Motocicletas	0.41	0.70	-2.51
Utilitários	0.45	0.64	0.00
Outros	0.64	0.66	-2.33

Fonte: Sefaz

Na análise por tipo de carro, as elasticidades quantidades apresentaram valores inferiores à unidade, evidencia de que o IPVA é inelástico a quantidade de licenciamento. Excetuando a classificação “Outros” da análise, podemos perceber que o automóvel exibe a maior elasticidade quantidade (para 1% de aumento da frota de automóveis, o IPVA arrecada a mais 0,52%) e os automóveis de grande porte, a menor (0,21% a mais de arrecadação para 1% de crescimento de licenciamento). Dessa forma, no que tange a quantidade, as políticas que incentivem a indústria automobilística de carros de passeio afetam mais a arrecadação de IPVA que os carros de Grande porte.

Em contrapartida, ao analisarmos as elasticidades preço do IPVA, a arrecadação desse tributo sobre os veículos de grande porte variam 1,03% para aumento médio no preço em 1%. Em segundo lugar, quando os carros de passeio têm um aumento no preço em 1% o reflexo sobre o IPVA é de 0,77%.

Em suma, supondo que o aumento no preço gere redução no consumo de carros na mesma medida podemos somar as elasticidades e descobrir o real efeito do aumento dos preços do carro, isto é, levando em consideração os efeitos conjuntos sobre preço e quantidade, podemos afirmar que um eventual aumento no preço dos carros em 1% geraria um aumento parcial da arrecadação em 0,77%, mas reduziria a quantidade, e conseqüentemente a arrecadação em 0,52%. E, portanto, o aumento real da arrecadação seria de 0,25%.

IV. II Receitas de Capital

As Receitas de Capital tiveram um crescimento de 36,4% (+R\$ 110,02 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, impulsionado pela obtenção de Operações de Crédito que alcançaram o valor de R\$ 257,57 milhões. No acumulado, foi alcançada a arrecadação de R\$ 1.892,52 milhões, o que representa aumento de 59,2% (+R\$ 703,51 milhões); o expressivo resultado das Operações de Crédito realizadas no período de janeiro a agosto neutralizou a queda nas receitas de Transferência de Capital que caíram 50,4% (- R\$ 325,56 milhões) e na receita de Alienação de Bens 93,1% (-R\$ 235,97 milhões).

Na Receita de Operação de Crédito, destacam-se neste bimestre os empréstimos para o Programa Estadual de Transportes (SUPERVIA) e PROCOPA (reforma do Maracanã-BNDES).

O crescimento do acumulado é devido ao Programa PROCIDADE (para obras de Infraestrutura) que foi de R\$ 1.021,65 milhões

As Transferências de Capital tiveram um decréscimo de 31,6% (-R\$ 54,29 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. Houve queda nas transferências do PAC, visto que as obras e instalações já estão em processo de conclusão. No acumulado, as transferências do PAC caíram R\$ 216,23 milhões.

A queda do acumulado de Alienação de Bens se deve as alienações de imóveis e terrenos de propriedade da Rioprevidência feitas em 2011 que não se repetiram em 2012.

Tabela 18

RECETA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2011	2012		2011	2012	
RECETAS DE CAPITAL	302,39	412,41	36,4%	1.189,01	1.892,52	59,2%
Operações de Crédito	98,37	257,57	161,8%	176,03	1.413,73	703,1%
Alienação de Bens	1,29	0,42	-67,7%	253,39	17,42	-93,1%
Amortiz. de Empréstimos	31,19	37,17	19,2%	113,37	140,64	24,1%
Transf. de Capital	171,55	117,26	-31,6%	646,21	320,65	-50,4%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,06	0,00%

V. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

V.I. Alterações Orçamentárias

O orçamento é o instrumento de planejamento de ação governamental, composto das despesas fixadas pelo Poder Legislativo, autorizando o Poder Executivo a realizá-las durante o exercício financeiro. Em função de fatos novos ou imprevisíveis que ampliam ou reduzem as necessidades coletivas já planejadas, o orçamento é alterado por meio de créditos adicionais¹¹. A dotação atual é resultado dessas alterações. A Tabela abaixo compara as alterações orçamentárias ocorridas até o 4º bimestre de 2011 e 2012, detalhando as despesas intra-orçamentárias¹²

A dotação atual evoluiu de R\$ 59,9 bilhões para 67,8 bilhões, um incremento de 13,3% de 2011 para 2012. As alterações orçamentárias até o 4º bimestre de 2012 (R\$ 3,76 bilhões) já correspondem a 5,87 % da dotação inicialmente estabelecida

De modo a responder à indagação em que área de ação governamental o gasto será realizado, orçamentariamente a despesa pode ser classificada por função. Neste boletim, as 25 funções estão agregadas em grandes áreas (conforme tabela ao lado), a fim de melhor visualização das diversas tabelas e gráficos apresentados a seguir.

Tabela 19

EVOLUÇÃO GERAL				
Exercício	Despesa	Dotação Inicial	Alterções Orçamentárias	Dotação Atual
2011	S/Intraorçamentária	54.093.407.246	3.578.536.560	57.666.943.806
	Intraorçamentária	2.120.218.186	49.200.469	2.174.418.655
	Total	56.213.625.432	3.627.737.029	59.841.362.461
2012	S/Intraorçamentária	61.289.432.482	3.842.972.313	65.218.063.016
	Intraorçamentária	2.742.794.551	-86.393.676	2.570.733.654
	Total	64.032.227.033	3.756.578.637	67.788.796.670

Fonte: SIG - 18/09/2012

Tabela 20

Áreas	Função Orçamentária
Infraestrutura	Gestão Ambiental, Habitação, Saneamento e Urbanismo
Educacional	Cultura, Desporto e Lazer, Ciência e Tecnologia e Educação
Outras Áreas	Administração, Agricultura, Comércio e Serviços, Comunicações, Encargos Especiais, Indústria, Organização Agrária, Previdência Social e Reserva de Contingência
Outros Poderes	Judiciária, Legislativa e Essencial à Justiça
Saúde	Saúde
Segurança Pública	Segurança Pública
Transporte	Transporte
Assistência Social	Assistência Social, Direitos da Cidadania, e Trabalho

¹¹ Os créditos adicionais podem ou não alterar a dotação total do Estado. Aqueles que não alteram decorrem de remanejamento, transposição ou transferência. Nestes casos uma dotação específica é cancelada e seus recursos são redirecionados. Por conseguinte, aqueles que alteram podem advir de superávit do exercício anterior (2011), excesso de arrecadação, operação de crédito ou de recursos sem despesas correspondentes. Consideram-se alterações orçamentárias os créditos adicionais deduzidos os créditos cancelados. O quadro abaixo dispõe sobre alterações orçamentárias em 2012.

¹² As despesas intra-orçamentárias são aquelas aplicadas internamente. Tais despesas ocorrem quando órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social efetuam despesas e o receptor dos recursos também são unidades integrantes deste orçamento, no âmbito da mesma esfera de governo.

A Tabela 21 mostra a evolução da dotação até o 4º bimestre, bem como a participação das grandes áreas no orçamento total. Observa-se que a participação relativa por área não variou de modo relevante durante o exercício corrente, com exceção da área de Infraestrutura, cujo crescimento de R\$1,59 bilhão alterou em 2,0% a sua participação. Esta variação é decorrente de novas operações de crédito contratadas ao longo do ano, cuja execução ficará mais visível a partir do 5º bimestre.

Tabela 21 - Alterações Orçamentárias e Participação das áreas no orçamento total 2012

Áreas	Dotação Inicial	Participação na dotação inicial	Dot. Até 3º bimestre	Participação até 3º bim.	Dot. até 4º bimestre	Participação até 4º bim.
Educação	9.104.817.686	14,2%	9.494.723.125	14,1%	9.524.771.586	14,1%
Assistência Social	1.010.697.997	1,6%	1.049.316.442	1,6%	1.081.884.155	1,6%
Infraestrutura	3.717.090.252	5,8%	5.319.370.572	7,9%	5.308.855.352	7,8%
Outras Áreas	31.797.268.424	50%	31.741.545.299	47,3%	31.890.256.087	47,0%
Outros Poderes	5.962.753.961	9,3%	6.314.978.450	9,4%	6.614.978.450	9,8%
Transportes	2.210.404.382	3,5%	2.761.162.883	4,1%	2.793.243.591	4,1%
Saúde	4.563.129.498	7,1%	4.593.164.899	6,8%	4.593.560.899	6,8%
Segurança Pública	5.666.055.833	8,8%	5.872.203.417	8,7%	5.975.177.848	8,8%
Total	64.032.218.033	100,0%	67.146.465.088	100,0%	67.782.727.969	100,0%

Analisando apenas o 4º bimestre, a alteração orçamentária foi de R\$636,26 milhões, distribuídos conforme Tabela abaixo, na qual se destacam as ações que sofreram alterações.

Tabela 22

ÁREAS	PRINCIPAIS AÇÕES ALTERADAS	ALT. ORÇ. P/ AÇÃO	ALT. ORÇ P/ ÁREA
OUTROS PODERES	1- Edificação, Implantação e Recuperação Física do TJRJ	157.000.000	300.000.000
	2- Operacionalização do Processamento Judiciário	150.000.000	
OUTRAS ÁREAS	1- Gestão da Dívida Interna - Refinanciada	120.146.123	148.710.788
	2- Gestão da Dívida Externa - Serviços	79.558.713	
SEGURANÇA PÚBLICA	1- Atividades Operacionais de Registros de Veículos	32.755.518	102.974.431
	2- Pessoal e Encargos Sociais	23.370.474	
	3- Apoio às ações de Segurança	19.320.519	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1- Proteção Social da Juventude	11.408.688	32.567.712
	2- Atendimento Comunitário - Geração de Renda	7.484.945	
	3- Combate a Violência contra Mulheres em Territ.Pacificados	6.964.040	
TRANSPORTE	1- Operacionalização do Bilhete Único	43.000.000	32.080.708
	2- Operação do Teleférico do Alemão	27.000.000	
	3- Reestruturação do Transporte Hidroviário	13.900.000	
EDUCAÇÃO	1- Reequipamento de Unidades Educacionais	45.050.359	30.048.461
	2- Ampliação da Rede e Melhoria da Infraestrutura	21.686.268	
	3- Pessoal e Encargos Sociais da Educação Básica - Ensino Médio	18.618.135	
SAÚDE	1- Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais	147.472.200	396.000
	2- Gestão Compartilhada Integral de Unidades Próprias	68.864.899	
	3- Contratação de Serviço de Saúde Privado	23.890.969	
INFRAESTRUTURA	1- Gestão de Bacias Hidrográficas	90.896.961	10.515.220
	2- Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	67.075.090	
	3- Recuperação da Região Serrana	31.469.109	
TOTAL			636.262.880

Após as suplementações e cancelamentos apresentados, a fim de compatibilizar a despesa fixada com a receita efetivamente arrecadada, parte da dotação (3,3%) ainda permanece contingenciada. O valor total disponível para empenho é de R\$65,53 bilhões, conforme Tabela abaixo.

Tabela 23

Áreas	Dotação 4º bimestre	Contingenciamento		Disponível	contingenciado Anual/Dotação
		4º bimestre	Anual		
Outras áreas	31.890.256.087	280.523.870	1.228.291.035	30.661.965.052	3,85%
Educação	9.524.771.586	64.235.354	371.102.210	9.153.669.376	3,90%
saúde	4.593.560.899	-	144.143.308	4.449.417.591	3,14%
Assistência Social	1.081.884.155	4.457.894	44.457.895	1.037.426.260	4,11%
Segurança Pública	5.975.177.848	26.704.170	30.064.171	5.945.113.678	0,50%
Outros Poderes	6.614.978.450	83.442	83.442	6.614.895.008	0,00%
Infraestrutura	5.308.855.352	125.233.136	171.795.654	5.137.059.698	3,24%
Transporte	2.793.243.591	102.344.272	255.704.272	2.537.539.319	9,15%
TOTAL	67.782.727.969	603.582.138	2.245.641.987	65.537.085.982	3,31%

Como exemplo, em Educação o montante disponível foi de R\$9,15 bilhões é resultado da diferença entre a dotação do 4º bimestre (R\$ 9,52 bilhões) e o contingenciamento anual (R\$ 371,10 milhões).

V.II - Análise da Execução da Despesa.

Neste item a execução da despesa é analisada por área de aplicação, destinação do gasto e as fontes de financiamento.

A Tabela abaixo apresenta um resumo das despesas realizadas até o mês de agosto nas principais áreas, por grupo.

Tabela 24

DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ AGOSTO DE 2012

		DESPESA CORRENTE				DESPESA DE CAPITAL				TOTAL GERAL
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL (CORRENTE)	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL (CAPITAL)	
Assist. Social.	Liquidado	323.620.202	-	289.570.107	613.190.308	3.864.278	-	-	3.864.278	617.054.587
	%	0,83%	0,00%	0,75%	1,58%	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%	1,59%
Educação	Liquidado	2.586.970.502	-	2.490.648.992	5.077.619.494	348.341.571	-	-	348.341.571	5.425.961.065
	%	6,66%	0,00%	6,41%	13,06%	0,90%	0,00%	0,00%	0,90%	13,96%
*Outras	Liquidado	774.591.240	1.689.000.414	16.787.660.399	19.251.252.053	34.216.030	46.449.242	1.413.682.110	1.494.347.382	20.745.599.436
	%	1,99%	4,35%	43,19%	49,53%	0,09%	0,12%	3,64%	3,84%	53,38%
Infraestrutura	Liquidado	117.784.764	5.660	42.737.781	160.528.205	645.465.578	-	30.263	645.495.841	806.024.046
	%	0,30%	0,00%	0,11%	0,41%	1,66%	0,00%	0,00%	1,66%	2,07%
Outros Poderes	Liquidado	2.942.371.692	-	694.902.990	3.637.274.682	191.078.484	71.625.371	-	262.703.855	3.899.978.537
	%	7,57%	0,00%	1,79%	9,36%	0,49%	0,18%	0,00%	0,68%	10,03%
Saúde	Liquidado	851.364.266	206.123	1.185.875.191	2.037.445.580	64.205.734	8.447.956	631.527	73.285.217	2.110.730.797
	%	2,19%	0,00%	3,05%	5,24%	0,17%	0,02%	0,00%	0,19%	5,43%
Transporte	Liquidado	139.796.190	1.220.069	515.892.238	656.908.497	599.866.803	-	1.645.210	601.512.013	1.258.420.510
	%	0,36%	0,00%	1,33%	1,69%	1,54%	0,00%	0,00%	1,55%	3,24%
Segurança Pública	Liquidado	2.835.748.119	-	1.041.542.577	3.877.290.696	126.037.452	-	-	126.037.452	4.003.328.149
	%	7,30%	0,00%	2,68%	9,98%	0,32%	0,00%	0,00%	0,32%	10,30%
TOTAL	Liquidado	10.572.246.975	1.690.432.266	23.048.830.275	35.311.509.516	2.013.075.931	126.522.569	1.415.989.110	3.555.587.610	38.867.097.125
	%	27,20%	4,35%	59,30%	90,85%	5,18%	0,33%	3,64%	9,15%	100,00%

Fonte: SIG - 18/09/2012.

➤ Execução por Grupo de Despesa¹³

A Tabela indica os montantes liquidados por “grupo de despesa” no 4º bimestre, o valor acumulado e o percentual liquidado no 4º bimestre sobre o acumulado.

- Pessoal e Encargos Sociais

Variação:

Despesa Liquidada acumulada - 2011/2012: +15,75%

Área relevante - Segurança Pública: + 31,84%

Tabela 25

Grupo de despesa	Liquidado 4º bimestre	Liquidado acumulado	% 4º bimestre
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.844.044.963	23.048.830.275	25,36%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.819.511.054	10.572.246.975	26,67%
INVESTIMENTOS	699.372.297	2.013.075.931	34,74%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	422.125.063	1.690.432.266	24,97%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	359.367.464	1.415.989.110	25,38%
INVERSÕES FINANCEIRAS	18.094.802	126.522.569	14,30%
Total	10.162.515.644	38.867.097.126	26,15%

Fonte: SIG - 18/09/2012.

¹³ As despesas orçamentárias podem ser agrupadas pelas categorias econômicas: corrente e capital. A primeira subdivide-se nos seguintes grupos de despesas: “Pessoal e Encargos Sociais”; “Juros e Encargos da Dívida” e “Outras Despesas Correntes”. Já a segunda (capital) desmembra-se em “Investimentos”, “Inversões Financeiras”, e “Amortização da Dívida”.

Tabela 26

Pessoal e Encargos Sociais					
Áreas	Liquidado acum. 4º bim. (2011)	Liq. Acumul. 4º bim. (2012) (b)	variação (2011 - 2012)	Liquidadas (4º bimestre 2012) (a)	Participação (a/b)
Segurança Pública	2.150.908.779	2.835.748.119	31,84%	791.149.447	27,90%
Outros Poderes	2.703.815.126	2.942.371.692	8,82%	750.689.449	25,51%
Educação	2.109.803.005	2.586.970.502	22,62%	685.340.924	26,49%
Outras Áreas	764.133.084	774.591.240	1,37%	229.023.133	29,57%
Saúde	872.422.763	851.364.266	-2,41%	217.938.472	25,60%
Assistência Social	280.612.570	323.620.202	15,33%	82.809.227	25,59%
Transporte	141.323.838	139.796.190	-1,08%	32.718.352	23,40%
Infraestrutura	110.344.244	117.784.764	6,74%	29.842.051	25,34%
Total	9.133.363.411	10.572.246.975	15,75%	2.819.511.054	26,67%

Fonte: SIG - 18/09/2012.

- Outras Despesas Correntes¹⁴

Entre 2011 e 2012 observa-se um crescimento significativo das despesas de custeio (+10,7%), com destaque para a área de Assistência Social (+190 milhões), justificado pela ampliação do Programa Renda Melhor que iniciou com um projeto piloto em dois municípios e atualmente já atua nos 92 municípios fluminenses.

Tabela 27

Outras Despesas Correntes					
Áreas	Liquidado acum. 4º bimestre - 2011	Liquidado acum. 4º bimestre - 2012 (a)	Variação	Liquidado 4º bimestre - 2012 (b)	Participação (b/a)
Infraestrutura	58.327.685	42.737.781	-26,73%	13.332.362	31,20%
Outros Poderes	604.285.269	694.902.990	15,00%	219.455.163	31,58%
Outras Áreas	15.452.570.353	16.844.579.119	9,01%	3.904.198.238	23,18%
Saúde	1.098.882.434	1.185.875.191	7,92%	391.826.957	33,04%
Segurança Pública	838.142.255	1.041.542.577	24,27%	334.244.221	32,09%
Transporte	458.171.121	515.892.238	12,60%	137.486.525	26,65%
Assistência Social	99.259.431	289.570.107	191,73%	116.545.946	40,25%
Educação	2.207.758.378	2.433.730.272	10,24%	726.955.552	29,87%
Total	20.817.396.926	23.048.830.275	10,72%	5.844.044.963	25,36%

¹⁴ Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

- Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela abaixo apresenta as despesas realizadas com investimentos até o 4º Bimestre.

Tabela 28

Investimentos e Inversões Financeiras					
Áreas	Despesas Liquidadas acum. 4º bimestre (2011)	Despesas Liquidadas acum. 4º bimestre (2012) (a)	Varição	Despesa Liquidada 4º bimestre (2012) (b)	Participação (b/a)
Infraestrutura	849.768.373	645.465.578	-24,04%	295.374.896	45,76%
Outros Poderes	147.461.367	262.703.855	78,15%	73.152.581	27,85%
Outras Áreas	356.536.773	80.665.272	-77,38%	26.145.552	32,41%
Saúde	90.922.884	72.653.691	-20,09%	27.481.328	37,83%
Segurança Pública	141.330.405	126.037.452	-10,82%	39.903.492	31,66%
Transporte	489.443.912	599.866.803	22,56%	95.117.541	15,86%
Assistência Social	4.668.755	3.864.278	-17,23%	959.218	24,82%
Educação	140.802.463	348.341.571	147,40%	159.332.491	45,74%
Total	2.220.936.942	2.139.598.500	-3,66%	717.467.099	33,53%

Fonte: SIG 18/10/ 2012.

Em “Assistência Social” destacam-se apenas as obras de reforma geral na Fundação Leão XIII localizada no Centro de Niterói, no valor de R\$ 493 mil.

Em “Educação”, que para fins de apresentação das tabelas foi agregada à função Desporto e Lazer, houve um incremento de 147,40% em razão das obras de reforma do complexo do Maracanã. Destacam-se ainda, as despesas realizadas para a ampliação e melhora da infraestrutura das escolas públicas estaduais (R\$ 18,74 milhões) e construção de uma escola técnica. As principais Instituições de ensino beneficiadas foram:

- ✓ Colégio Estadual (C.E) Prefeito Mendes de Moraes (R\$ 1,50 milhões) – Rio de Janeiro (munic.);
- ✓ C.E Mullulo da Veiga (R\$ 858,17 mil) – Niterói;
- ✓ C.E Afonso Penna (R\$ 684,80 mil) – Rio de Janeiro
- ✓ Escola Técnica Estadual em Saquarema (R\$ 3,11 milhões)

Em “Transporte” a variação de 22,56%, (2011-2012) foi influenciado principalmente:

- ✓ Aquisição de 30 unidades de trens elétricos chineses (R\$ 140,08 milhões, sendo R\$ 66,24 neste bimestre), por meio de empréstimos (Banco Mundial), para melhoria do Sistema Ferroviário Estadual;
- ✓ Obras do Programa de Expansão das linhas do metrô (R\$ 208,11 milhões, sendo R\$ 12,96 milhões neste bimestre);
- ✓ Obras de melhorias do Sistema Rodoviário Estadual, R\$ 12,15 milhões, dos quais R\$ 6,23 milhões relativos à despesa com obras na RJ-163, trecho: Capelinha - Visconde de Mauá, no município de Resende, numa extensão de 15,5 km.

Em Infraestrutura, a redução (-24,04%) foi influenciada principalmente pelo “Programa de Aceleração do Crescimento-PAC-RJ”, cujas obras foram executadas em maior parte em exercícios anteriores. No bimestre, a maior parte da despesa foi direcionada para o Programa “Somando Forças” (R\$ 77,93 milhões), sendo que deste, R\$ 50,05 milhões para o projeto “Implantação de Projetos de Infraestrutura” e R\$ 27,88 milhões para o projeto “Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios”. No primeiro projeto, foram realizados os seguintes investimentos:

- ✓ A implantação de segmento de contorno rodoviário da cidade de Barra do Piraí (R\$ 14,87 milhões), que visa retirar o fluxo pesado de caminhões e similares de dentro do município;
- ✓ Pavimentações no Município de Bom Jesus do Itabapoana (R\$ 6,10 milhões);
- ✓ Obras emergenciais de estabilização de encosta no km 6,5, da rodovia RJ-150, junto ao entroncamento com a RJ-146, situada no município de Bom Jardim (R\$ 3,07 milhões);
- ✓ Obras de saneamento básico, esgoto sanitário, drenagem, abastecimento de água, urbanização

no bairro de Jardim Catarina no município de São Gonçalo (R\$ 8,82 milhões).

Por outro lado, o projeto (Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios) financiado por recursos de empréstimo com o Banco do Brasil e pelo Tesouro (menor parte), favoreceu diversas prefeituras (35), em grande parte por meio de convênios cujo escopo envolve diversas obras, além de aquisição de terrenos e equipamentos.

Em última análise, o “Programa Integrado Região Metropolitana - Rio Metr pole” executou R\$ 39,23 milhões, que dentre as funcionalidades inclui-se a viabilização da implantação de terminais logísticos, com redução dos tempos de viagem e custos de transportes, bem como a distribuição de cargas para os mercados consumidores.

Em “Outras áreas” as maiores despesas efetuadas no bimestre foram:

- ✓ Programa Recuperação Econ mica de Municípios Fluminense: financiamento de empreendimentos (R\$ 9,28 milhões);
- ✓ Programa Rio Rural: aquisição de tratores para o projeto de desenvolvimento sustentável de microbacias hidrográficas (R\$ 3,24 milhões);
- ✓ Modernização e reestruturação da Junta Comercial do ERJ: aquisição de equipamentos e execução de obras em suas instalações (R\$ 3,51 milhões).

Em “saúde” destaca-se o projeto “Construção, Reforma e Aquisição de Materiais Permanentes nas Unidades de saúde”, com R\$ 17,01 milhões, dos quais R\$ 7,32 milhões destinaram-se   execução de obras emergenciais no Hospital Estadual Anchieta.

Em “Segurança Pública”, os gastos se concentraram na aquisição de 812 veículos e 325 motocicletas (R\$ 10,65 milhões) para o projeto de “gestão de frota” (R\$ 14,12 milhões) da Polícia Militar. Para o projeto “Ampliação da

Capacidade de Atendimento da Defesa Civil” foram liquidados R\$ 8,49 milhões em veículos e equipamentos. Destaca-se ainda, o projeto “Reestruturação das delegacias Legais e Órgãos Investigativos” (R\$ 7,38 milhões), principalmente para obras e instalações em São José do Vale do Rio Preto, Magé, Cabo Frio, São Gonçalo (cadeia pública), Araruama, Barra do Piraí, Cantagalo e Nova Iguaçu.

Em “Outros Poderes”, o maior montante foi aplicado no Programa “Melhoria da prestação jurisdicional” (R\$ 64,93 milhões), que destinou R\$30,88 milhões para obras e melhorias nas unidades do TJ nas localidades do Rio de Janeiro, Rio Bonito, Angra dos Reis, Queimados, São Gonçalo, Rio das Ostras, Nilópolis, Teresópolis, Mesquita e Itaboraí. Além destes locais, destacam-se os gastos realizados para a construção da Cidade da Polícia (R\$ 5,30 milhões) que vai abrigar 16 delegacias especializadas, como a Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA), Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA), Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos (DFAE) e Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), entre outras. O local vai contar, ainda, com um centro de treinamento com um moderno stand de tiros e cofres fortes para armazenagem de apreensões, entre outros equipamentos.

➤ Função

Dentre as diversas funções de governo, destacam-se na Tabela ao lado¹⁵, as que mais executaram neste bimestre em relação ao total já realizado em 2012.

A próxima tabela destaca as principais ações responsáveis pela execução neste bimestre.

Na função Desporto e Lazer, as despesas cresceram significativamente (+R\$191 milhões), em grande parte explicada pela maior abrangência do Programa Rio 2016

Tabela 29

DESPESA POR FUNÇÃO - LIQUIDADA				
FUNÇÃO	Até 4º Bim. 2011	Até 4º bim. 2012 (A)	4º Bim. 2012 (B)	% Liquidado no Bimestre (B/A)
Saneamento	61.470.338	103.407.116	55.247.213	53,43%
Urbanismo	599.056.746	370.259.001	182.359.374	49,25%
Desporto e Lazer	78.212.650	269.139.922	116.040.129	43,12%
Comunicações	103.189.154	116.648.470	49.954.991	42,83%
Ciência e Tecnologia	134.779.903	150.370.444	57.418.171	38,18%
Assistência Social	157.968.734	328.028.098	122.902.634	37,47%

Fonte: SIG - 18/09/2012.

¹⁵ Ver tabela completa das despesas por Função no arquivo das tabelas anexo.

que desenvolve atividades esportivas em diversos municípios fluminenses.

Para analisar o ritmo de execução das despesas até este bimestre, apresenta-se o Gráfico 5, no qual as funções foram agrupados por área¹⁶ de forma que a análise fique mais consolidada. Observa-se que, em média, o ritmo de execução das despesas liquidadas superou mais da metade do Disponível para o exercício de 2012, ritmo esperado para o período.

Merece destaque a área de Segurança Pública, que superou às demais áreas. Sua liquidação chegou a 67,4% (R\$ 4,0 bilhões) do montante disponível (R\$ 5,94 bilhões). Os projetos Ampliação do Sistema 190, Sistema de Videomonitoramento e Atividades da Polícia Pacificadora - UPP contribuíram para o aumento da liquidação neste período.

Na visão acumulada até este bimestre, a área de Infraestrutura obteve liquidação baixa em relação às outras áreas (15,6%), uma vez que boa parte dessas despesas é financiada com recursos provenientes de operações de crédito, cuja receita só começou a ser realizada, em sua maior parcela, a partir do 2º semestre.

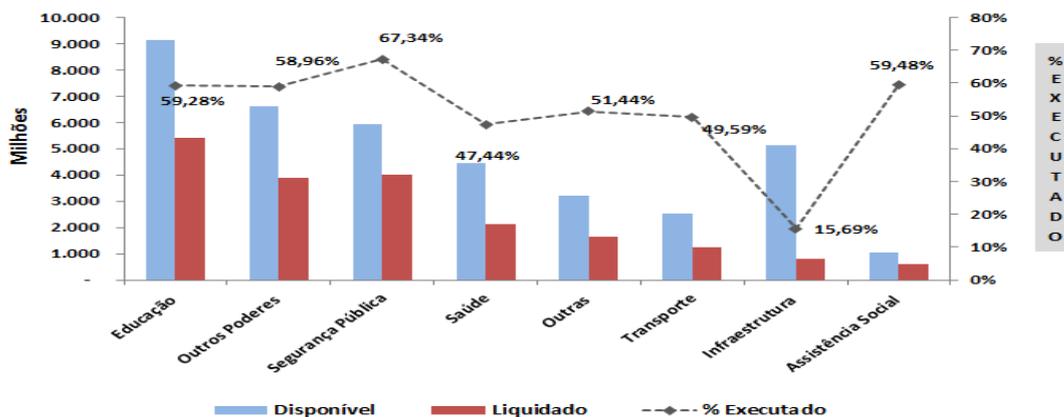
Tabela 30

Principais Ações Liquidadas no Bimestre	
Função Saneamento	50.705.752
Abastecimento de Água - PAC	20.849.618
Saneam nas Bacias da Baía de Guanabara	20.303.519
Projeto Macro drenagem - PAC-RJ	9.552.615
Função Urbanismo	125.173.460
Implantação de Projetos de Infraestrutura	50.054.372
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	39.228.730
Recup Reg. Serrana	35.890.358
Função Desporto e Lazer	108.800.934
Reforma do Complexo do Maracanã	91.841.289
Realização da RIO 2016	10.000.000
Realização de Atividades Esportivas	6.959.645
Função Comunicação	48.640.650
Serviço de Comunicação e Divulgação	48.640.650
Função Ciência e Tecnologia	39.946.918
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioeconômica	28.734.639
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	8.335.503
Gerenciamento de Processamento de Dados	2.876.775
Função Assistência Social	68.664.903
Transferência Renda Família Pobreza Extrema - Renda Melhor	41.012.529
Aluguel Social	15.608.342
Proteção Social da Juventude	12.044.032

Fonte: SIG - 18/09/2012.

Gráfico 6

DESPESA POR FUNÇÃO AGRUPADA EM ÁREAS
Acumulado até Agosto de 2012



¹⁶ Discriminação das Áreas por Função: EDUCAÇÃO: Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Desporto e Lazer; ASSISTÊNCIA SOCIAL: Assistência Social, Trabalho e Direitos da Cidadania; INFRAESTRUTURA: Urbanismo, Habitação, Saneamento e Gestão Ambiental; OUTRAS: Agricultura, Organizações Agrária, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações e Administração; OUTROS PODERES: Legislativo, Judiciário e Essencial à Justiça.

➤ **Despesas por Fonte de Recursos**

No período de janeiro a agosto, os recursos do Tesouro financiaram 71,4% da despesa liquidada, conforme demonstra a Tabela ao lado, desempenho semelhante aos dos períodos anteriores.

Observa-se que a despesa liquidada a conta de operações de crédito (FR 11), considerada em “Tesouro” teve um acréscimo expressivo de R\$ 432,13 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior (+118,1%), o que permitiu dar andamento aos Projetos financiados com recursos pactuados com agentes financeiros, nacionais e internacionais, dentre eles, BNDES, Banco do Brasil, Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No âmbito das Outras Fontes, as despesas, até o 4º bimestre, somaram R\$10,67 bilhões, 10,4% maior do que em 2011. O crescimento dessas despesas está concentrado nas fontes de recursos Outras Receitas da Administração Direta (99), Convênio da Administração Direta (FR 18), SUS (FR 25). Apesar destes crescimentos percentuais, salienta-se que a maior despesa dentre as outras fontes de ainda se concentra na Arrecadação Própria – FR 10 (R\$1,15 bilhões), cuja finalidade envolve o pagamento de inativos e pensionistas pelo Rio Previdência.

O comparativo detalhado das despesas liquidadas por Fonte de Recursos, está demonstrado no Anexo 2, desse Boletim.

Tabela 31

DESPESA LIQUIDADADA POR FONTE DE RECURSO ERJ - JAN-AGO 2011 / JAN-AGO 2012

EM R\$MIL

DISCRIMINAÇÃO	JAN-AGO/ 2011	JAN-AGO/ 2012	VAR %	PARTICIPAÇÃO
RECURSOS DO TESOURO	23.854.740	26.630.681	11,6%	71,4%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	9.672.720	10.676.731	10,4%	28,6%
TOTAL GERAL	33.527.460	37.307.412	11,3%	100,0%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 18/09/2012

V.III - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ17, FECAM18 e FEHIS¹⁹

A Constituição Federal determina que os Estados apliquem no mínimo 12% das receitas provenientes de impostos e transferências governamentais na área de Saúde, e 25% em Educação.

Já a Constituição Estadual estabelece que sejam aplicados na FAPERJ 2% das receitas advindas de impostos e transferências. No FECAM o mínimo a ser gasto anualmente é 5% das receitas provenientes de *Royalties* e Participações Especiais, fortalecendo as ações de preservação do meio ambiente, e por último, no FEHIS a aplicação mínima é de 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECF).

A Tabela 31 ao lado apresenta os percentuais contabilizados até o mês de agosto. É válido ressaltar que os índices constitucionais são apurados para fins legais apenas ao final do exercício. O acompanhamento ao longo do ano é realizado para fins de planejamento orçamentário e controle da execução das despesas.

V.III.1- Educação

O índice da Educação apresentou pequena evolução em relação ao acumulado no bimestre passado, quando atingiu 23,22%. O incremento ocorreu pelo aumento mais que proporcional das despesas aplicadas na função em relação à receita. Neste bimestre foram aplicados 32,52% da receita correspondente ao período, percentual significativamente superior ao mínimo estabelecido.

O aumento do montante aplicado em comparação com o bimestre anterior foi impulsionado por um grande aumento

¹⁷ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹⁸ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

¹⁹ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

Tabela 32

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADADA

PERÍODO	EM R\$ MIL	
	JAN- AGO 2011	JAN- AGO 2012
EDUCAÇÃO		
RECEITA BASE	17.113.272	18.561.589
DESPESA LIQUIDADADA*	3.919.385	4.383.530
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	4.278.318	4.640.397
% ÍNDICE	22,90%	23,62%
SAÚDE		
RECEITA BASE	17.099.714	18.561.565
DESPESA LIQUIDADADA**	1.762.303	1.657.588
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	2.051.966	2.227.388
% ÍNDICE	10,31%	8,93%
FAPERJ		
RECEITA BASE	10.165.897	11.041.036
DESPESA LIQUIDADADA*	189.226	222.302
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	203.318	220.821
% ÍNDICE	1,86%	2,01%
FECAM		
RECEITA BASE	4.749.342	5.727.768
DESPESA LIQUIDADADA*	112.420	119.145
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	237.467	286.388
% ÍNDICE	2,37%	2,08%
FEHIS		
RECEITA BASE	1.664.059	1.687.888
DESPESA LIQUIDADADA	85.201	158.817
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	166.406	168.789
% ÍNDICE	5,12%	9,41%

* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2006 a 2010)

** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

Posição SIG/SIAFEM: 18/09/2012

dos investimentos destinado, sobretudo, a reformas de infraestrutura nas unidades educacionais.

Comparando-se com o acumulado até agosto do ano passado a despesa de pessoal também contribui para a verificação de valores superiores em 2012, em virtude dos aumentos e gratificações concedidas e contratações de profissionais, eventos detalhados em edições passadas deste Boletim de Transparência.

V.III.2 - Saúde

O índice da Saúde apresenta um ritmo lento de execução, totalizando 8,93% de aplicação na função. No bimestre foram aplicados R\$ 395,92 milhões, equivalente a 8,39% da receita correspondente ao período.

O pagamento de pessoal (R\$ 833,54 milhões) e as despesas correntes (R\$ 764,68 milhões) equivalem a quase totalidade do montante aplicado até agosto (96%), R\$ 1,59 bilhão. No bimestre as despesas com pessoal representam 54% do aplicado no período, R\$ 214,5 milhões. O custeio, com R\$ 157 milhões, equivale a 39,6%.

V.III.4 - FAPERJ, FECAM e FEHIS

Os índices estaduais mantém uma boa execução, excetuando o FECAM.

A FAPERJ liquidou um total de R\$ 95,80 milhões neste bimestre, atingindo o montante aplicado de R\$ 222,30 milhões no acumulado do ano. As despesas realizadas pela FAPERJ são em geral, em geral, auxílio e bolsas concedidas a estudantes e pesquisadores.

O FECAM, embora o percentual aplicado ainda seja inferior ao estabelecido, o montante liquidado no quarto bimestre equivale a 41% do total aplicado nas ações com o Meio Ambiente (R\$ 49,32 milhões). O projeto Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara foi o responsável pelo aumento da despesa, tendo executado R\$ 20,30 milhões no bimestre.



O FEHIS já atinge um percentual próximo ao estabelecido legalmente. O programa Aluguel Social foi responsável por R\$ 54,39 milhões do total aplicado no índice. No bimestre foram gastos R\$ 61,35 milhões em ações destinadas a habitação, equivalente a 39% do total.

Box 02 – Pagamento de Restos a Pagar

Este Box faz um comparativo entre os Estados e a União no ritmo de quitação dos Restos a Pagar inscritos em 2011.

Ao se analisar, até junho de 2012 (dados disponíveis nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária), a relação do saldo dos Restos a Pagar acumulado até 2011, com a Receita Corrente Líquida, o Estado do Rio de Janeiro encontra-se na nona posição, com apenas 1,25% do valor total inscrito pendente de pagamento, conforme demonstrado na tabela abaixo.

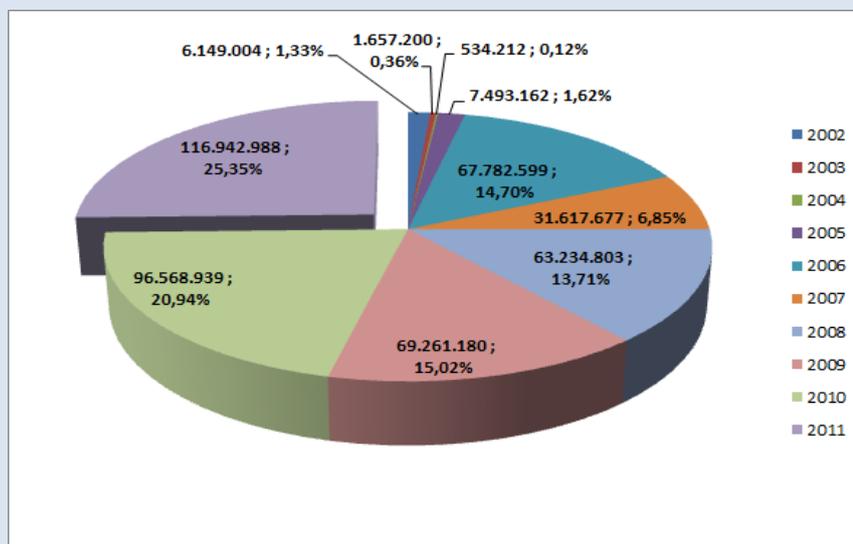
RESTOS A PAGAR (Processados e Não Processados)

Em R\$.

RANKING	ESTADO	Inscritos (I)	Cancelados (C)	Pagos (P)	Saldo (S)	Receita Corrente Líquida (RCL)	S/RCL
1º	Santa Catarina	428.782.873	156.860.554	269.658.339	2.263.979	14.194.197.510	0,02%
2º	Distrito Federal	810.475.768	212.931.971	541.629.635	55.914.162	13.504.931.895	0,41%
3º	Pará	454.829.000	73.739.000	324.477.000	56.612.000	11.295.284.000	0,50%
4º	Pernambuco	802.704.000	10.205.000	706.520.000	85.979.000	15.276.937.000	0,56%
5º	Acre	49.991.239	-	32.157.315	17.833.924	3.092.971.585	0,58%
6º	Bahia	944.211.039	22.990.517	791.631.686	129.588.836	20.152.785.923	0,64%
7º	Sergipe	72.430.698	6.367	33.433.106	38.991.226	5.109.112.707	0,76%
8º	Tocantins	118.221.674	1.999.493	70.971.967	45.250.214	4.837.201.995	0,94%
9º	Rio de Janeiro	2.677.128.002	131.129.156	2.040.857.765	505.141.088	40.312.950.094	1,25%
10º	Espírito Santo	630.241.973	85.090.230	404.054.109	141.097.633	10.446.171.523	1,35%
11º	Paraíba	255.677.000	408.000	168.372.000	86.897.000	6.006.149.000	1,45%
12º	Minas Gerais	4.158.660.224	231.042.705	3.036.569.487	891.048.033	39.026.529.553	2,28%
13º	Paraná	1.617.718.102	32.593.297	1.030.636.115	554.488.689	21.060.756.502	2,63%
14º	Ceará	827.428.260	-	508.538.022	318.890.238	11.461.703.456	2,78%
15º	Piauí	601.329.066	8.147.692	446.692.060	146.489.314	5.204.102.376	2,81%
16º	Mato Grosso	725.609.254	16.461.779	452.944.398	256.203.078	8.395.217.283	3,05%
17º	Alagoas	422.876.768	4.016.504	260.154.747	158.705.517	4.993.069.152	3,18%
18º	Amazonas	785.711.803	8.209.347	485.983.189	291.519.267	9.066.957.635	3,22%
19º	Rio Grande do Sul	1.653.413.078	8.412.181	721.526.371	923.474.526	23.006.450.117	4,01%
20º	Mato Grosso do Sul	751.071.051	232.262.114	239.652.535	279.156.402	6.349.445.995	4,40%
21º	Rondônia	546023189,6	31.681.685	265.853.054	248.488.451	4.719.619.339	5,27%
22º	Goiás	1629424642	166.806.846	611.605.570	851.012.226	12.770.207.351	6,66%
23º	Amapá	397.229.449	508.974	174.590.078	262.627.400	3.220.896.070	8,15%
24º	São Paulo	23.915.265.000	604.207.000	11.940.541.000	11.370.517.000	112.525.009.000	10,10%
25º	União	141.179.161.000	4.272.904.000	62.242.751.000	74.663.504.000	581.212.665.000	12,85%

*Nos estados do Maranhão, Rio Grande do Norte e Roraima os dados não estão atualizados em seus respectivos Portais de Transparência.

Como o comparativo foi considerado até o mês de junho, por conta da disponibilidade dos dados dos estados, verificou-se que no ERJ, do valor a pagar de R\$ 505 milhões, foram pagos no último bimestre R\$ 43 milhões, restando um saldo de R\$ 461 milhões até o final de agosto, dos quais R\$ 116 milhões correspondem ao ano de 2011. O Gráfico abaixo mostra o ano de competência do saldo de Restos a Pagar.



Ao se verificar a evolução dos restos a pagar inscritos ao longo dos anos, comparado com a Receita Corrente Líquida, no período de 2001 a 2011, observa-se que no ERJ esta relação vem diminuindo, o que demonstra um melhor gerenciamento das despesas pelo governo.

Em R\$ mil			
Ano	Receita Corrente Líquida (A)	Restos a Pagar (B)	B/A
2001	13.608.848	1.272.361	9,35%
2002	15.100.326	1.742.095	11,54%
2003	19.168.781	2.765.030	14,42%
2004	21.009.274	2.160.862	10,29%
2005	23.094.090	2.316.448	10,03%
2006	26.132.742	2.141.927	8,20%
2007	26.849.822	2.984.881	11,12%
2008	31.830.883	2.725.483	8,56%
2009	28.976.687	3.120.521	10,77%
2010	34.534.906	2.963.683	8,58%
2011	39.268.345	2.677.138	6,82%

VI – Administração Financeira

VI.1 Cota Financeira

Verificou-se que, de acordo com a publicação da Resolução SEFAZ nº 517/12, o valor das Cotas Financeiras programadas para o exercício corrente manteve-se inalterado em relação ao bimestre anterior, havendo um pequeno acréscimo (0,15%) nas demais Fontes de Recurso (Outras FR's), conforme observado no Gráfico 7.

A liberação da Cota Financeira, até o 4º bimestre do ano corrente, foi, preferencialmente, para as Fontes de Recursos do Tesouro (cerca de 20% superior que as outras Fontes de Recursos – Outras FR's), diminuindo, portanto, a diferença constatada no bimestre anterior.

Analisando-se a celeridade dos órgãos em utilizar as Cotas Financeiras liberadas, observa-se que, até o 4º bimestre, o índice de utilização da Cota Financeira com Fonte de Recurso do Tesouro se manteve elevado (Tabela 32): foram convertidas em Programações de Desembolso praticamente 100% do montante liberado. Em relação às outras FR's, o percentual de utilização da Cota Financeira chegou a pouco mais de 60%, evidenciando o desequilíbrio dos gastos pertinentes a parcela da cota arcada com as FR Tesouro em relação as demais FR.

Quanto à utilização dos recursos do Tesouro, permanece o equilíbrio das áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança) e das áreas não prioritárias, em relação ao bimestre anterior. Ambas as áreas utilizaram, aproximadamente, 100% da Cota Financeira liberada. Por sua vez, o Tesouro continua célere nos pagamentos, quitando cerca de 93% das Programações de Desembolso emitidas (Tabela 33).

Gráfico 7

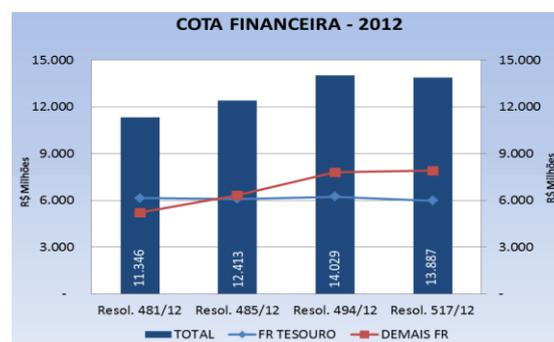


Tabela 33

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ AGOSTO DE 2012					
FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	4.586	3.735	3.473	3.449	3.224
FR - Outros	2.814	1.806	2.904	1.773	1.764
Total geral	7.400	5.541	6.377	5.223	4.987

Fonte: SIG e SIAFBM
Obs: Posição acumulada até Ago/2012

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	81,44%	107,53%	92,36%	99,31%	93,47%
FR - Outros	64,18%	62,19%	98,20%	61,07%	99,45%
Total geral	74,88%	86,88%	94,26%	81,90%	95,50%

Fonte: SIG e SIAFBM
Obs: Posição acumulada até Ago/2012

Tabela 34

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2012 POR ÁREAS (FR TESOURO)					
ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	426	282	278	276	254
SAÚDE	1.256	906	810	810	766
SEGURANÇA	359	300	279	278	261
DEMAIS ÁREAS	2.545	2.247	2.106	2.086	1.942
TOTAL GERAL	4.586	3.735	3.473	3.449	3.224

Fonte: SIG e SATE
Obs: Posição acumulada até Ago/2012

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	66,29%	101,44%	97,92%	99,32%	92,01%
SAÚDE	72,14%	111,80%	89,38%	99,94%	94,65%
SEGURANÇA	83,45%	107,45%	92,73%	99,64%	93,95%
DEMAIS ÁREAS	88,28%	106,71%	92,81%	99,03%	93,13%
TOTAL GERAL	81,44%	107,53%	92,36%	99,31%	93,47%

Fonte: SIG e SATE
Obs: Posição acumulada até Ago/2012

A Cota Financeira liberada, até o 4º bimestre de 2012, pertinente as FR do Tesouro foi 4,6% superior em relação ao mesmo período do ano passado. Cabe ressaltar, ainda, que do montante de R\$ 3,47 bilhões da Cota Financeira liberada para as FR do Tesouro até esse bimestre, cerca de R\$ 3,22 bilhões foram adimplidos pelo Tesouro Estadual. Mesmo diante desse crescimento e do fato dos Órgãos terem consumido quase sua totalidade, observa-se, ainda, que do total de PD's emitidas, somente R\$ 225,65 milhões ficaram pendentes, ou seja, menos de 7%.

Ressalte-se que esse percentual de estoque é inferior ao do mesmo período do ano passado que foi de 7,99%.

VI.2 Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual neste quarto bimestre manteve-se eficiente em seus pagamentos, praticando o prazo médio de 15 dias para as áreas prioritárias e 23 dias para as áreas não prioritárias, comparando com os prazos praticados no mesmo período do exercício anterior, quais sejam, 22 dias para as áreas prioritárias e 25 dias para as áreas não prioritárias.

O Tesouro Estadual saldou mais de 7 (sete) mil PD's no bimestre corrente, sendo que mais de 50% das mesmas foram adimplidas em até 20 dias, e, apenas 14 PD's, que consolidam um montante de R\$ 189 mil, foram honradas em período superior a 45 dias. Deve-se ressaltar que essa pequena quantidade de programações de desembolso representam 0,19% do total de documentos adimplidos no 4º bimestre e decorrem do fato de que alguns órgãos não encaminharam os referidos documentos em tempo hábil para a efetivação do pagamento.

Gráfico 8

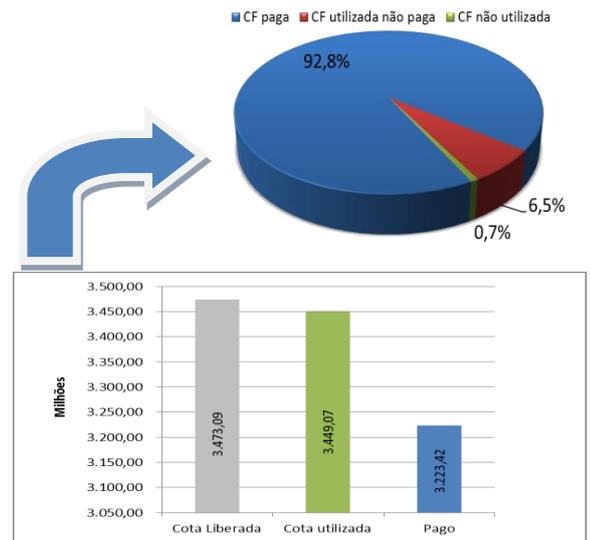


Tabela 35

4º BIMESTRE DE 2012

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	15
NÃO PRIORITÁRIAS	23
MÉDIA GERAL	20

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 9

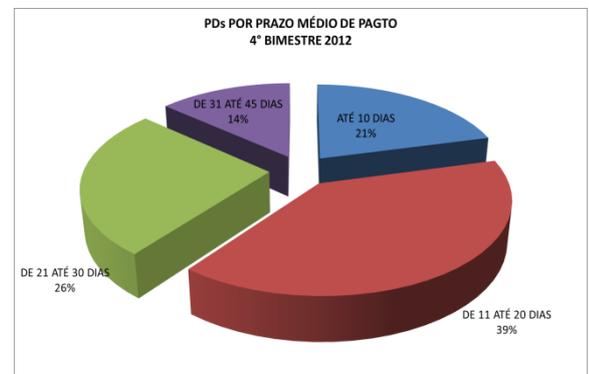
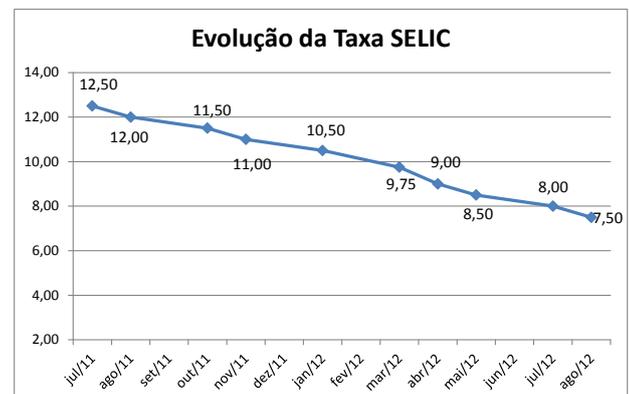


Gráfico 10



VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a taxa Selic em 0.5 pontos percentuais, passando a vigorar a taxa Selic de 7,5% a.a., atingindo o menor patamar da história desde que a taxa básica de juros da economia brasileira foi criada em 1996. A decisão foi unânime entre os membros votantes do Copom, confirmando, assim, as expectativas de mercado. Esse é o nono corte seguido desde agosto do ano passado. Na ocasião, a taxa estava em 12,5% ao ano. Desde então, foram promovidas sete reduções de 0.5 pontos percentuais e duas de 0.75 pontos percentuais.

Apesar do cenário de queda de juros, os fundos exclusivos do Tesouro Estadual vêm mantendo um bom desempenho, porém, as quedas sucessivas causaram uma flutuação levemente abaixo do normal no mês de julho com referência ao CDI. No entanto, com o constante esforço do Tesouro Estadual em otimizar os recursos em sua administração, obteve-se uma boa recuperação no mês de agosto. Tais fundos obtiveram, em média, 94,1% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos) no 4º bimestre.

A redução da taxa Selic, bem como outros fatores, e.g disponibilidade financeira em 2012, acarretaram na redução de 14% na receita financeira do 4º bimestre quando comparado com o bimestre anterior, e, de 38% comparado ao mesmo período de 2011. Sendo assim, até o 4º bimestre o Tesouro realizou 65% da receita financeira estabelecida na LOA.

Após a realização da nona queda da taxa de juros básica, no ano, e alguns indicadores econômicos apresentarem uma provável desaceleração da economia, a curva de juros foi ajustada, projetando uma taxa de juros de 7,25% a.a. para o final do ano 2012.

Gráfico 11

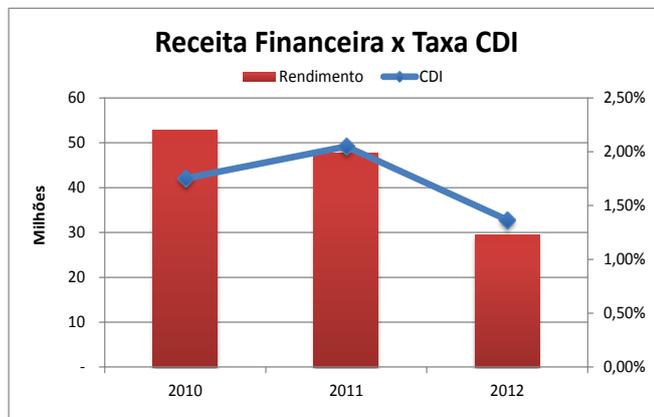
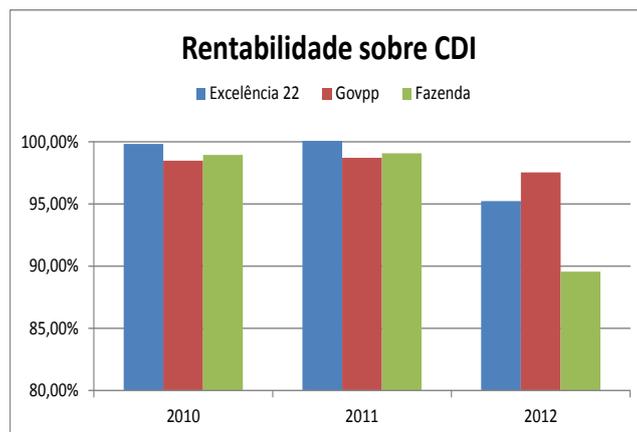


Gráfico 12



VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a agosto de 2012, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 156,9 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 39%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 25% para serviços de água e esgoto, 27% para serviços de transmissão de dados, 6% para serviços de telefonia e 3% para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2012, foram disponibilizados R\$ 358 milhões²⁰ neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 214 milhões, ou seja, 59,7%.

Um instrumento que auxilia na eficiência da conciliação das despesas com serviços públicos e na celeridade dos pagamentos é o Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, criado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais²¹ abarca 16 concessionárias.

Gráfico 13

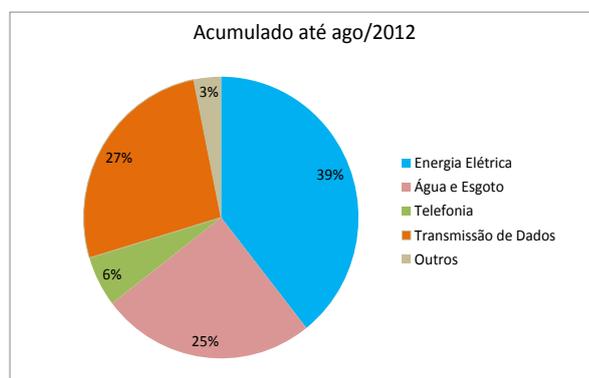
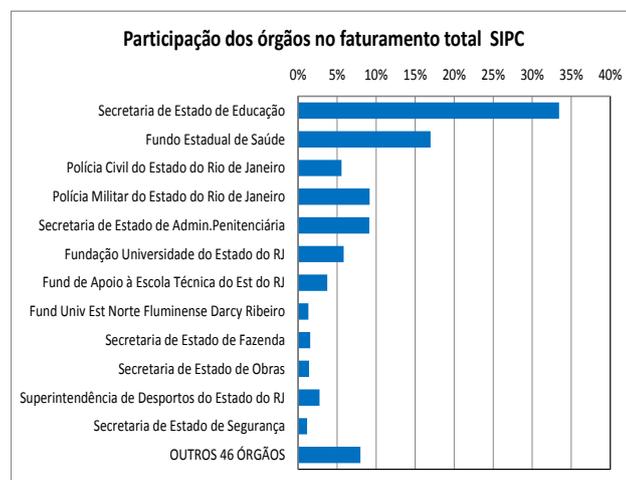


Gráfico 14



²⁰ Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.

²¹ Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.

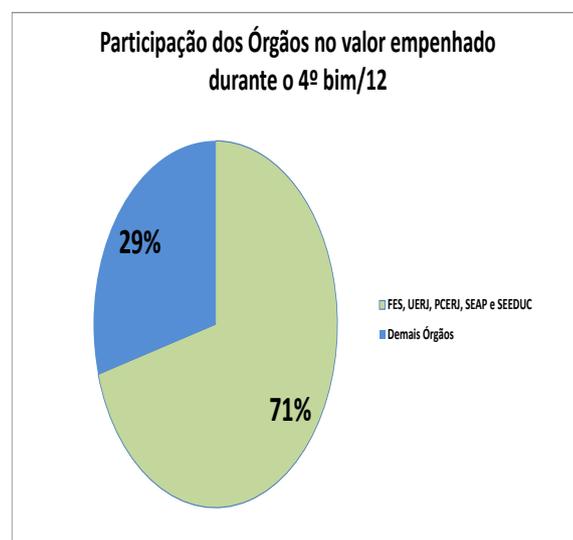
No período de janeiro a agosto de 2012, através do SIPC, foram registrados R\$ 174,9 milhões referentes ao faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 121,2 milhões, ou seja, 69,3% do total. Todavia, analisando-se os pagamentos por bimestre, constata-se que estão saldados 97,9%, 82,5%, 55,9% e 19,1%, respectivamente, das despesas de competência janeiro-fevereiro, março-abril, maio-junho e julho-agosto.

A inadimplência junto às concessionárias (30,7%) ocorre, geralmente, devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira, etapas necessárias para quitação das obrigações. Ademais, com a proximidade do final do ano, os órgãos que possuem faturas vencidas em aberto devido a estes problemas orçamentário/financeiro devem procurar efetuar os ajustes necessários a fim de conseguir registrar suas obrigações dentro do exercício.

No tocante ao 4º bimestre, observam-se que cinco órgãos são responsáveis por 70,6% do montante total faturado, quais sejam: (i) Fundo Estadual de Saúde (FES); (ii) Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); (iii) Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ); (iv) Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP); e (v) Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC).

Por outro lado, cabe destacar o desempenho positivo que a Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (SUDERJ) continua exercendo junto às concessionárias, honrando todos os seus compromissos em tempo hábil, conforme já mencionado em boletim anterior. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Fund.Dep.Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Fundação Casa França Brasil (FCFB), dentre outros.

Gráfico 15



VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 4º bimestre de 2012, pode-se verificar uma diminuição global de 10,9%, se comparado com o bimestre anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que no quarto bimestre de 2012, foram gastos com a demanda de alta tensão R\$ 9,2 milhões, sendo R\$ 8,7 milhões de demanda contratada e R\$ 553 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, desde novembro de 2011 os serviços são prestados por duas operadoras: Intelig e Oi/Telemar. Observa-se que nestes primeiros oito meses de 2012 a média do faturamento bimestral foi de R\$ 2,07 milhões. Quanto aos serviços de telefonia móvel, analisando o mesmo período, o faturamento médio bimestral foi de R\$ 186,6 mil.

Em relação aos serviços de água e esgoto, com o objetivo e tornar a conciliação das faturas mais eficiente, a partir de 2011, as concessionárias passaram a enviar, regularmente, os dados sobre o consumo de cada instalação estadual à Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias – CACPC. Importante destacar que a adesão da Cedae ao SIPC tornou o acompanhamento destas despesas mais abrangente.

No 4º bimestre de 2012 foram faturados R\$ 18,7 milhões com os serviços de água e esgoto, 1,35% menos se comparado com o bimestre anterior. Observa-se que só a CEDAE compreende cerca de 85% do total faturado para este tipo de serviço nos primeiros oito meses do ano.

Tabela 36

R\$ mil

CONCESSIONÁRIAS	1 Bim/12	2 Bim/12	3 Bim/12	4 Bim/12
CEDAE	15.988.695	16.560.141	16.231.642	16.001.284
AGUAS DE NITEROI S.A	1.136.318	1.236.040	1.222.523	1.224.910
AGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA	83.983	93.891	77.267	101.023
AGUAS DO IMPERADOR S/A	102.576	89.629	82.569	81.237
AGUAS DO PARAIBA S/A	894.819	1.013.058	840.184	872.974
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A	109.343	106.890	94.828	106.172
AGUAS DE JUTURNAIBA S/A	184.414	222.855	170.097	163.188
PROLAGOS S/A	86.376	123.335	110.422	105.478
SAAE/B. MANSA	31.286	38.476	37.315	35.131
SAAE/V. REDONDA	108.689	133.295	141.112	59.270
TOTAL FATURADO	18.726.499	19.617.609	19.007.959	18.750.667

Obs.: O valor de SAAE VR no 4º bim não considerou a fatura de agosto/12, pois a mesma não foi recebida em tempo.

VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar

Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, as datas de pagamento previstas são maio e novembro. Portanto, não houve pagamentos efetuados no quarto bimestre de 2012.

VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, pelo qual deverá quitar seu estoque em 15 anos.

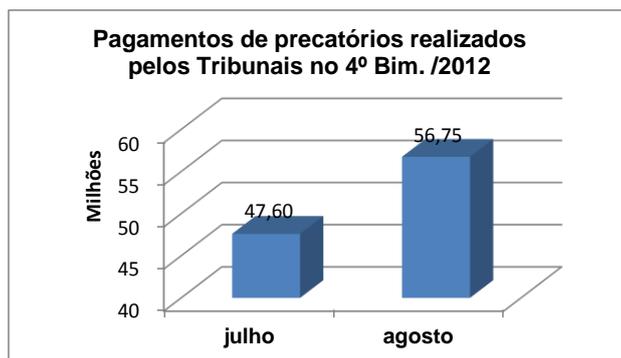
Conforme as regras desse regime especial, o Estado do Rio de Janeiro transferirá, anualmente, os recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de precatórios, observando-se a opção para utilização dos recursos e as preferências Constitucionais.

Assim, nos meses de julho e agosto de 2012, o TJ/RJ e TRF/2ª encaminharam à Secretaria de Estado de Fazenda os comprovantes de pagamento de precatórios no montante de R\$ 104,35 milhões.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Fazenda realiza apenas os pagamentos dos acordos de parcelamento e das requisições judiciais de pequeno valor.

No 4º bimestre de 2012, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 2,03 milhões em pagamentos de 7 acordos de parcelamento, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

Gráfico 16



Também nos meses de julho e agosto, o Estado transferiu mais R\$ 20,60 milhões para as contas especiais do Tribunal de Justiça destinadas aos pagamentos de precatórios, como complementação da transferência de 2011, com base no termo de compromisso firmado entre o CNJ, TJ/RJ, TRT 1ª região, TRF 2ª região e PGE.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 4º Bimestre deste ano, foram pagas 306 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 2,16 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²².

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram desembolsados, no 4º bimestre de 2012, o montante de R\$ 108,54 milhões.

VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

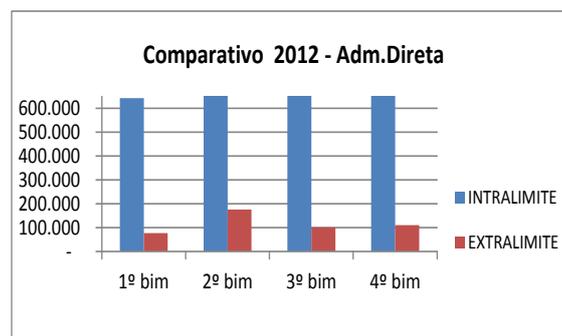
O Tesouro Estadual desembolsou no 4º bimestre de 2012, R\$ 796,24 milhões com o serviço da dívida²³. A importância desembolsada foi 2,7% superior ao valor pago nos meses de maio e junho de 2012.

Esta variação foi influenciada pela variação do serviço extralimite, que foi 8,2% superior ao pago no 3º bimestre, visto que ocorrera, os pagamentos semestrais dos contratos da dívida externa.

Tabela 37

PAGAMENTOS DE RPV - 4º BIM. 2012		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	162	1.157.649,12
AGOSTO	144	1.009.455,65
TOTAL	306	2.167.104,77

Gráfico 17



²² O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: “O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado”.

²³ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

Do total pago no 4º bimestre de 2012, R\$ 685,29 milhões foram referentes à dívida intralimite²⁴, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 43,95 milhões.

O pagamento da dívida da administração indireta, honrada com recursos do Tesouro Estadual²⁵ teve um decréscimo de 10,8% em relação ao bimestre anterior, totalizando nos meses de julho e agosto R\$ 516,71 mil. Esse montante representa, apenas, 0,06% do montante pago no período.

Tabela 38

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	3º bim 2012			4º bim 2012			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	356.331	418.780	775.111	373.742	421.980	795.722	2,66%
INTRALIMITE	286.120	386.929	673.049	293.254	392.038	685.291	1,82%
EXTRALIMITE	70.211	31.851	102.062	80.489	29.942	110.431	8,20%
INTERNA	70.211	25.390	95.600	71.269	25.034	96.304	0,74%
EXTERNA	-	6.461	6.461	9.219	4.908	14.128	118,65%
ADM. INDIRETA HONRADA	519	60	579	428	89	517	-10,75%
TOTAL	356.850	418.840	775.690	374.170	422.069	796.239	2,65%
Informações complementares:							
Valor devido intra-limite	243.147	386.929	630.076	249.301	392.038	641.338	1,79%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	286.120	386.929	673.049	293.254	392.038	685.291	1,82%
Diferença incorporada no resíduo	(42.973)	-	(42.973)	(43.953)	-	(43.953)	2,28%

Valores pagos a preços correntes.

* No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

²⁴ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidos as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

²⁵ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 4º bimestre de 2012, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 66,87 bilhões, 2,1% maior que no bimestre anterior. Explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI²⁶ e pela variação do dólar nos contratos da dívida externa.

Gráfico 18

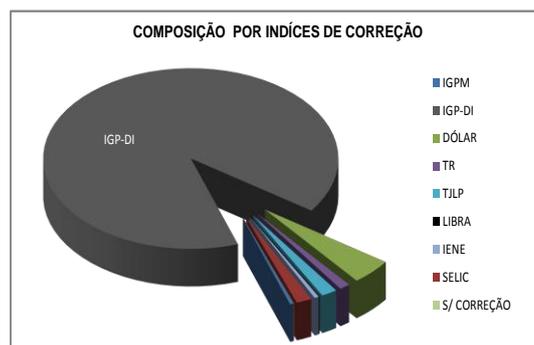


Tabela 39

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2012			
	3º Bimestre	4º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	65.468.632,68	66.870.853,53	2,14%
INTERNA	62.015.507,81	63.325.344,00	2,11%
Dívida com a União	62.015.507,81	63.325.344,00	2,11%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	3.391.161,87	3.483.320,58	2,72%
Com Aval do Tesouro Nacional	3.388.057,92	3.480.187,02	2,72%
Mobiliária	3.103,95	3.133,56	0,95%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	61.963,01	62.188,94	0,36%
DÍVIDA FINANCEIRA	65.468.632,68	66.870.853,53	2,14%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	33.145.073,14	34.421.457,25	3,85%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	1,98	1,94	-1,65%

Valores a preços correntes

O estoque da dívida externa, que corresponde a 5,2% do total da dívida financeira, encerrou o 4º bimestre de 2012 com saldo de R\$ 3,48 bilhões, ou seja, 2,7% superior ao do 3º bimestre de 2012, justificada pela variação positiva do dólar²⁷ do período e, em virtude do ingresso de

²⁶ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 87,8% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram um aumento de 1,6% e 2,0% respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 4º bimestre fechou em 1,6% (IGP-DI de mai/12 e jul/12) e nos últimos 12 meses (de ago/11 a jul/12) em 5,7%.

²⁷ A cotação do dólar (venda) do dia 30/06/2012 foi de 2,0213; e a do dia 31/08/2012 foi de 2,0372.

recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 62,19 milhões, representando um aumento de 0,4% em relação ao saldo verificado no bimestre anterior.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou pequena variação em relação ao 3º bimestre de 2012. A relação caiu de 1,98 para 1,94²⁸.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 96,4% do estoque. Desse montante, 91,7% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante aos vencimentos do curto prazo²⁹, que representam 6,82% do total do serviço a pagar até 2039, apenas 0,15% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR³⁰. No exercício seguinte ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento firmado ao amparo da Lei nº 9496/97.

Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 12,2%.

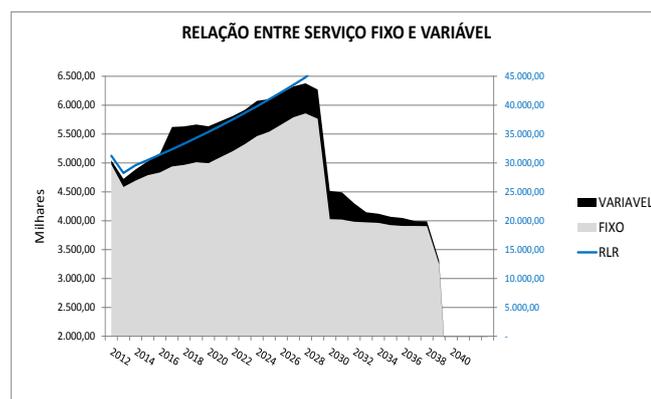
Tabela 40

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS

R\$ Mil

Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.551.943	2,41%	2,32%
2,1 - 4	279.091	0,43%	0,42%
4,1 - 6	61.325.842	95,06%	91,68%
acima de 6,1	1.352.970	2,10%	2,02%
Subtotal	64.509.846	100,00%	96,44%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	2.362.210	99,19%	3,53%
4,1 - 6	19.278	0,81%	0,03%
Subtotal	2.381.488	100,00%	3,56%
Total	66.891.333		100,00%

Gráfico 19



²⁸ A meta da dívida para o exercício de 2011, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 10/11/2011, foi de 2,29.

²⁹ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

³⁰ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 à 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

Em relação ao prazo médio de amortização³¹ e ao prazo médio de repactuação³², estes atingiram 11,09 anos e 10,43 anos, respectivamente.

Cenários Econômicos

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,25%	171.578.130,91	IGPM	0,26%	171.578.130,91	IGPM	0,25%	171.578.130,91
IGP-DI	88,29%	59.930.594.923,44	IGP-DI	88,06%	58.635.256.666,62	IGP-DI	88,54%	61.437.038.723,92
DÓLAR	6,16%	4.181.047.030,45	DÓLAR	6,28%	4.181.047.030,45	DÓLAR	6,03%	4.181.047.030,45
TR	1,08%	736.220.477,07	TR	1,11%	736.220.477,07	TR	1,06%	736.220.477,07
TJLP	1,75%	1.185.865.036,97	TJLP	1,78%	1.185.865.036,97	TJLP	1,71%	1.185.865.036,97
LIBRA	0,00%	3.133.560,68	LIBRA	0,00%	3.133.560,68	LIBRA	0,00%	3.133.560,68
IENE	0,46%	309.776.426,40	IENE	0,47%	309.776.426,40	IENE	0,45%	309.776.426,40
SELIC	1,47%	998.749.401,85	SELIC	1,50%	998.749.401,85	SELIC	1,44%	998.749.401,85
S/ CORREÇÃO	0,53%	362.509.925,05	S/ CORREÇÃO	0,54%	362.509.925,05	S/ CORREÇÃO	0,52%	362.509.925,05
TOTAL	100,00%	67.879.474.912,82	TOTAL	100,00%	66.584.136.656,00	TOTAL	100,00%	69.385.918.713,30

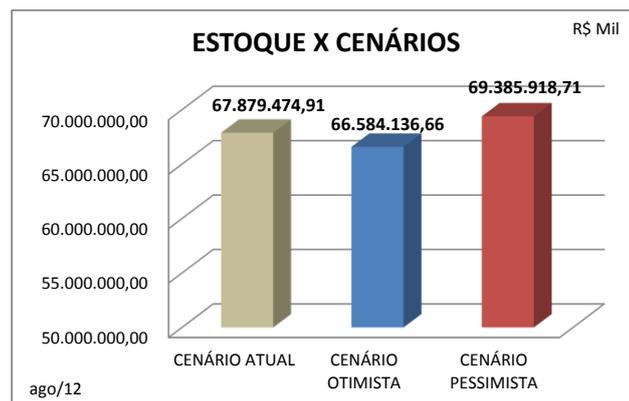
ago/12

Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado nas tabelas acima, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 2,80 bilhões e, em valores relativos, de 4,21%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 0,25% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 88,29%, no cenário atual, para 88,54%, no cenário pessimista.

Analisando-se o cenário macroeconômico o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) aumentou de 0,69% em junho para 1,52% em julho, resultando em inflação acumulada em doze meses de 7,31% e no ano de 5,16%. Em julho de 2011, o indicador registrou deflação de 0,05%. O principal componente desse indicador, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60% do indicador geral variou 2,13% em doze meses até julho, comparado a do mês anterior, a taxa foi de 0,89%. Refletindo aumento do setor industrial para 0,98%, de 0,86% no mês. O Índice de Preços ao

Gráfico 20



³¹ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

³² Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Consumidor (IPC), que tem peso de 30% no IGP-DI, registrou variação de 0,22%, em julho, ante 0,11%, no mês anterior. Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) que tem peso de 10%, registrou em julho, taxa de variação de 0,67%, abaixo do resultado do mês anterior, de 0,73%. O índice relativo a materiais, equipamentos e serviços registrou variação de 0,51%. No mês anterior, a taxa havia sido de 0,41%. O índice que representa o custo da mão de obra variou 0,82%, em julho. Na apuração referente ao mês anterior, o índice variou 1,03%.

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de 1.671.117,53 para 4.181.047.030,45 o que representou um aumento de 2,82% para 6,16% no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro nessa moeda.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 257,56 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em julho e agosto de 2012:

R\$ 168 milhões, foram destinados à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã – PROCOPA (recursos provenientes do BNDES);

R\$ 66,06 milhões, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);

R\$ 14,44 milhões, foram destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);

R\$ 5,38 milhões, foram para o Programa de expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (recursos provenientes do BNDES);

R\$ 2,30 milhões, para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);

R\$ 1,32 milhões, foram destinados ao Programa de Modernização da Administração Estadual – PMAE II (recursos provenientes do BNDES) e;

R\$ 60,72 mil, destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do B ID).

Tabela 41

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31.08.2012

Valores em R\$ mil

	2012		TOTAL
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	1.413.733,51	454.861,44	5.718.333,18
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	1.201.567,37	246.644,40	4.346.297,99
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	5.382,71	6.770,43	6.770,43
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	527,32	-	-
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	67.390,31	87.071,65	446.750,40
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	32.623,35	29.492,35	49.492,35
5. BNDES PMAE II	1.319,95	1.193,57	5.856,57
6. CAIXA PAC	40.760,75	24.239,15	92.963,15
7. CAIXA - VIALIGHT	-	-	259.138,33
8. BNDES - MARACANÃ_COPA 2014	168.000,00	52.000,00	152.000,00
9. B. BRASIL - PROGRAMA PRÓ-CIDADES	885.563,00	-	2.760.000,00
10. BNDES - METRÔ LINHA 4 - FASE I	-	37.877,00	157.954,51
11. CAIXA - PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II	-	8.000,25	415.372,25
Demais	212.166,14	208.217,04	1.372.035,19
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	190.859,56	105.707,89	128.117,31
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	9.950,95	6.924,75	41.913,66
3. BID - PROFAZ (profisco)	763,46	5.304,87	27.024,75
4. BIRD - PRÓ-GESTÃO	300,00	3.451,39	37.610,71
5. BID PRODETUR	10.292,16	37.203,56	216.595,10
6. BID - PSAM	-	49.624,58	920.773,66
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	2.232.464,78	4.471.330,09
1. PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTES II ADICIONAL - PET II ADIC. BIRD	-	95.580,41	1.222.320,00
2. AM - ARCO METROPOLITANO - CAF	-	217.208,66	407.440,00
3. INCLUSÃO SOCIAL - SEASDH-BID - FASE I	-	37.207,46	122.232,00
4. MRE - MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL - PRÓ VIAS - CAF	-	217.208,66	651.241,91
5. POE - PROGRAMA DE OBRAS EMERGENCIAIS - CAF	-	72.382,61	203.720,00
6. PROCOPA II - CAF	-	161.484,84	245.820,78
7. DPL III - FASE I	-	611.160,00	611.160,00
8. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E MOB. URBANA PMU FASE I	-	803.675,40	803.675,40
9. RIORURAL - ADICIONAL	-	16.556,73	203.720,00
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (3)	-	869.093,20	9.874.893,95
Total	1.413.733,51	3.556.419,41	20.064.557,21

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de ago/2012

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 10/11/2011, atualizados pelo IGP-DI/2012.

Tabela 42

Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 31.08.2012

Valores em moeda contratual

	DATA DA ASSINATURA	EXECUTOR DO PROJETO	MOEDA	VALOR CONTRATADO	TOTAL LIBERADO	%
BNDES						
BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - 12.1.169 A	25/11/2009	TESOURO ERJ	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%
BNDES - SEGURANÇA - 12.1.173	10/08/2009	SEOBRAS	URTJLP	79.530.718,1067	54.459.623,6869	68%
BNDES PMAE II 1.1.176	26/05/2010	SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	2.089.798,1389	41%
MARACANÃ COPA 2014 - BNDES - 12.1.185	29/07/2011	SEOBRAS	URTJLP	202.626.033,3928	125.628.140,7036	62%
METRÔ LINHA 4 - FASE I - BNDES - 12.1.188	12/06/2012	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,9500	-	0%
B. BRASIL						
PROGRAMA PRÓ-CIDADES - BANCO DO BRASIL 12.1.187	05/06/2012	SEOBRAS	DÓLAR	1.786.165.115,00	435.594.195,77	24%
CAIXA						
CAIXA - SANEAMENTO - 12.1.171	07/07/2009	CEDAE	REAIS	558.000.000,00	111.249.599,33	20%
CAIXA PAC 12.1.177	24/06/2010	SEOBRAS	URTJLP	307.002.053,00	259.910.169,52	85%
VIALIGHT - CAIXA - 12.1.178	28/06/2011	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	-	0%
PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA 12.1.189	22/06/2012	CEDAE	UPR-CEF	20.150.948,04	-	0%
BIRD						
BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II - 21.1.017	24/09/2009	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	148.811.078,39	70%
BIRD - RIO RURAL - 21.1.1018	14/12/2009	SEAPPA	DÓLAR	39.500.000,00	18.925.846,79	48%
BIRD - PRÓ-GESTÃO 21.1.021	22/11/2010	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	211.039,04	1%
BID						
BID - PROFAZ (profisco) 21.1.020	10/05/2010	TESOURO ERJ	DÓLAR	19.759.050,00	6.710.588,43	34%
BID PRODETUR- 21.1.022	08/08/2011	SETUR	DÓLAR	112.000.000,00	5.680.000,00	5%
BID- PSAM - 21.1.024	20/03/2012	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	-	0%

Gráfico 21

